

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE**HISTÓRIA DO BRASIL****QUESTÃO 1**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – O período foi marcado por uma série de debates e programas legais e administrativos, propostos ou implementados, que tinham por fulcro discussões acerca da centralização e da descentralização. Estas devem ser abordadas levando-se em conta as relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, a reforma do aparato repressivo do Estado, com a criação de uma força coercitiva (a Guarda Nacional) e, no que diz respeito à justiça, a instituição do Código do Processo em 1832.

Q2 – A maior polêmica do período recaiu sobre a organização do governo das províncias. Os debates entre facções políticas em disputa sinalizavam para a existência de diferentes projetos de estruturação da arquitetura institucional do império. Deve-se tratar, nesse sentido, das discussões travadas na Câmara dos Deputados e no Senado a respeito das emendas voltadas para a reforma da Constituição (e.g. projeto Miranda Ribeiro); acerca do malogrado “golpe da chácara da floresta”, que pretendia instituir uma nova Constituição para o Brasil, a “Constituição de Pouso Alegre”; e quanto aos debates e à reforma aprovada na forma do Ato Adicional de 1834, assim como ao Regimento dos Presidentes de Província, também aprovado em 1834.

Q3 – Cabe ressaltar, ainda, o contraste entre a organização institucional das províncias, engendrado no contexto da emancipação política (pela Assembleia Constituinte de 1823 e pela Constituição de 1824). Foram criados, no período, o cargo de presidente de Província e os conselhos provinciais (Conselhos de Governo e Conselhos Gerais de Província), os quais se tornaram objeto, em 1834, das reformas empreendidas pelo Ato Adicional e pelo Regimento dos Presidentes de Província, acarretando a extinção dos conselhos citados e a criação das Assembleias Legislativas Provinciais.

Q4 – Quanto ao regresso conservador, espera-se que o candidato enfrente a discussão do entendimento dos regressistas acerca da necessidade de impor limites que coibissem o que consideravam ser excessos das reformas liberais, à luz da posição dos partidários do “progresso”. Entre as principais iniciativas, destaca-se as proposições em torno de uma lei de interpretação do Ato Adicional e da reforma do Código do Processo e, de maneira geral, a defesa da importância do Conselho de Estado, do Poder Moderador etc.

Q5 – As dinâmicas políticas devem ser explicitadas, em primeiro lugar, a partir das três principais tendências implicadas nos debates, a saber, os moderados, os exaltados e os caramurus, bem como os respectivos programas e as propostas.

Q6 – É necessário considerar, ainda, a rearticulação desses grupos após as reformas, que seriam mediadas pela defesa ou oposição ao projeto de interpretação do Ato Adicional, momento em que despontam o “Regresso Conservador” e o “Progresso”.

Q7 – É imprescindível que o candidato estabeleça paralelos entre as propostas políticas e sua penetração social por meio da efervescência da imprensa periódica e das associações no período. Espera-se pelo menos a menção, a partir de exemplo concreto, de que a imprensa e o associativismo desempenharam um papel crucial no contexto.

Q8 – Ao discutir as reformas e os debates políticos pertinentes à organização institucional do império, é fundamental demonstrar que eles não se limitaram às esferas formais de disputa política, abrangendo vários setores da sociedade e formas de manifestação, entre elas, as revoltas do período regencial.

Q9 – É preciso qualificar as revoltas tendo em vista as várias agendas encetadas. Assim, convém distinguir revoltas como a Farroupilha, cujo objetivo ligava-se às discussões relativas à organização política e institucional (centralização *versus* descentralização, monarquia *versus* república, entre outros), daquelas que enfocavam outros horizontes, a exemplo das disputas de poder entre as elites locais (revolta do ano da fumaça), mas também as voltadas para a conquista de liberdade, cidadania e melhores condições de vida, como a Revolta dos Malês, a Balaiada, a Revolta de Carrancas etc.

Q10 – Os agentes sociais envolvidos mostraram o caráter multifacetado das revoltas e expressaram, em alguma medida, as várias agendas em disputa. Assim, deve-se citar a composição social variada, a ser exemplificada a partir de algumas das revoltas mencionadas.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: SALLES, Ricardo Henrique; GRINBERG, Keila (orgs.). *O Brasil Imperial: volume II (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 54-119.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados, Tomo Segundo, Sessão de 9 de agosto de 1837*. Rio de Janeiro: Tipographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, p. 294, com adaptações.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – Até o início do século 20, na política externa brasileira, vigia a perspectiva de que havia um cânone cultural ocidental e que o Brasil deveria buscar difundir expressões artísticas que reiterassem a imagem de país civilizado no exterior.

Q2 – Ao discutir a identidade cultural brasileira, a Semana de Arte Moderna de 1922 traz, para o centro do debate quanto às políticas culturais, a questão da representatividade da arte difundida pelo Estado.

Q3 – Os primeiros impulsos para a constituição de um serviço de difusão cultural no Itamaraty provêm do ambiente externo, estimulados, por um lado, pelos trabalhos do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, e também pelo exemplo de estruturados órgãos de propaganda política montados por potências europeias no período entreguerras.

Q4 – No Brasil, o regime Vargas, especialmente após o golpe do Estado Novo, dará especial ênfase na relação entre cultura e política, propiciando o desenvolvimento de uma política externa cultural, ainda que bastante difusa entre órgãos como o Itamaraty, o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Ministério da Educação e Saúde.

Q5 – O desenvolvimento de meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, permitiu maior circulação de elementos de cultura popular, apropriados e modulados pelo governo Vargas tanto para uso interno, como elemento de coesão social, quanto para uso externamente, como vetores de propaganda de um país em rápido desenvolvimento.

Q6 – A diplomacia cultural brasileira, desde cedo, desdobrou iniciativas sobre o continente americano, dando especial atenção aos países vizinhos e, em particular, à projeção de influência da Argentina peronista.

Q7 – O fim do Estado Novo permitiu a concentração, no Itamaraty, de ações de diplomacia cultural, que encontrou, no ambiente internacional do pós-guerra, uma concepção valorizativa da cultura como elemento de entendimento e concórdia entre as nações, simbolizado na criação da UNESCO.

Q8 – Amparada em produtos culturais de alta qualidade, como a Bossa Nova, o Cinema Novo e a Arquitetura Modernista, a diplomacia cultural coleciona êxitos importantes nas décadas de 1950 e 1960, como a construção de jardins de Roberto Burle Marx na UNESCO, a instalação de painéis de Cândido Portinari das Nações Unidas e prêmios importantes na área do cinema.

Q9 – Com o desenvolvimento da Guerra Fria, confere-se especial atenção à questão da interação do Brasil com os países da órbita comunista e acentuam-se as dissensões internas entre diplomatas a favor e contra o incremento das relações culturais com países da órbita comunista.

Q10 – A Política Externa Independente reforça a cultura como vetor de política externa, com a criação do Departamento Cultural, e consagra uma perspectiva mais autônoma da área campo, reforçando-se a interação cultural com países africanos e com a chamada Cortina de Ferro.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CIRCULAR Telegráfica 903, de 13/08/1934.

FALCÃO, Ildefonso. Intercâmbio literário luso-brasileiro. *In: Diário de Notícias*. 4/4/1936.

MEMORANDUM da Divisão de Difusão Cultural para o Departamento Político e Cultural. 29/11/1964.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – O Segundo Reinado foi um momento de consolidação do Estado nacional, o que permitiu uma amplificação dos esforços políticos e institucionais voltados para a construção de uma identidade brasileira autônoma e, ao mesmo tempo, vinculada a ideais civilizatórios mais amplos. Espera-se, nesse sentido, uma reflexão geral concernente à articulação entre a construção do Estado e a construção da nação, considerando que a independência do Brasil é o momento deflagrador dessa construção inexistente, por óbvio, no período colonial.

Q2 – Do ponto de vista da literatura, o candidato deve discorrer acerca do Romantismo como um movimento artístico, cultural e literário amplo, muito presente em diversos processos de construção de identidades políticas do tipo nacional. No caso do Brasil do Segundo Reinado, cabe enfatizar que a autonomização de um campo artístico e literário forneceu subsídios à articulação do passado, do presente e do futuro do País a partir de um fio condutor, a “brasilidade”, e de temas descritivos, como o indianismo, a serem exemplificados com autores e obras.

Q3 – Ressalta-se, ainda, que a construção da legitimidade da nação brasileira esteve associada a uma recusa do passado português e, ao mesmo tempo, a sua absorção em chave civilizatória. Deve-se demonstrar,

portanto, a ambiguidade dessa “herança”. O lugar, por excelência, dessa tensão é a “língua brasileira”, tendo em vista, por exemplo, as posições de Alencar que afirmava, no posfácio de *Diva*, que “a língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo”.

Q4 – Para além do debate entre os literatos, o candidato deve refletir a respeito de outras dimensões da questão da língua nacional. Podem-se mencionar a expansão interna da língua portuguesa em um contexto linguístico plural; o papel da literatura e das políticas indigenistas no esforço de padronização e expansão dessa língua; o papel da imprensa como mecanismo estratégico de transmissão linguística, à medida que sua circulação (na leitura e na oralidade) propiciava o enraizamento de padrões discursivos; a elaboração de dicionários, entre outros.

Q5 – É imprescindível comentar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de sua revista nos processos em pauta. Convém refletir em relação à instituição enquanto espaço de sociabilidade, agregando intelectuais em nome de um projeto comum (com, inclusive, a proliferação de institutos análogos nas províncias), e como canal de difusão das principais reflexões relativas aos “temas nacionais” – isto é, o que viria a ser recolhido como repertório da “tradição” e o que deveria ser desconsiderado, as imagens e as histórias de vida a serem associadas à nação. Em sentido amplo, convém associar o trabalho intelectual fomentado pelo IHGB à construção de “galerias de brasileiros ilustres” segundo vários critérios (virtudes, letras, armas, entre outros), a exemplo das preparadas por João Manuel Pereira da Silva e Sebastião Augusto Sisson.

Q6 – Instituições como o IHGB foram essenciais na construção de uma tradição que alçou temas como o das belezas naturais, da fertilidade do solo, da mistura das raças como traços da identidade nacional. Entre outros exemplos possíveis, vale mencionar o programa proposto por von Martius acerca de como se deve escrever a história do Brasil ou as iniciativas de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Q7 – É possível reportar-se, para além do IHGB, à Academia Imperial de Belas Artes, ao Conservatório Dramático Nacional, à Real Biblioteca e ao Imperial Colégio D. Pedro II como instituições que participaram do “movimento de fazer existir a cultura nacional”.

Q8 – No caso da Academia Imperial de Belas Artes, deve-se ressaltar a importância dos laços entre o Estado e a produção artística, da presença de artistas estrangeiros e da formação dos brasileiros em centros internacionais. A pintura distingue-se pela capacidade de elaboração de imagens que “davam a ver” as cenas destinadas a monumentalizar eventos e indivíduos, algo exemplificado nos trabalhos de Pedro Américo, Victor Meirelles e Manuel de Araújo Porto-Alegre.

Q9 – Espera-se que os candidatos confirmem centralidade ao progressivo processo de institucionalização da instrução pública, tendo em vista que a instrução primária e gratuita foi assegurada já pela Constituição de 1824 como uma das garantias à “inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros”. Esse processo foi aprofundado a partir do final do período regencial e solidificado ao longo do Segundo Reinado com a criação do Colégio Pedro II, entre outras iniciativas.

Q10 – Deve-se ressaltar, por fim, que esses projetos e essas estruturas educacionais não foram capazes de alcançar grandes parcelas da população. O censo de 1872, por exemplo, apontava que menos de 20% da população frequentava escolas. Assim, os projetos de construção da identidade nacional devem ser necessariamente contrastados com as profundas hierarquias e desigualdades sociais do período.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 276, com adaptações.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 30.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – A separação política entre Brasil e Portugal foi um processo longo, marcado por muitos conflitos e dilemas. O primeiro deles dizia respeito ao malgrado projeto político português de se estabelecer definitivamente no Brasil. Após mais de 15 anos no Brasil, que foi erguido à condição de Reino Unido de Portugal, em 1815, o monarca português foi chamado para voltar à Europa, quando convocada a Assembleia Constituinte em 1821.

Q2 – Durante a Constituinte portuguesa, os habitantes do Brasil, tanto os nascidos na América quanto os europeus, oscilavam entre apoiar o soberano português recém-egresso para a Europa e a defesa da separação política. Alguns moradores da América defendiam o grande reino Brasil-Portugal, outros se opunham aos portugueses que, aos poucos, passaram a ser definidos como inimigos.

Q3 – O Brasil passaria a ocupar um lugar secundário na Constituição portuguesa que estava sendo formulada em 1821, perdendo muito do que conquistara no período em que o Rio de Janeiro foi a sede do império português. Nesse sentido, no primeiro momento, foi sendo consolidado um sentimento de oposição ao português, mais do que um sentimento nacional brasileiro.

Q4 – Havia, em Portugal, quando o Rei e sua Corte deixaram Lisboa em meio à invasão napoleônica, o projeto político de fazer do Rio de Janeiro a nova e definitiva sede do governo português, o que seria definido como uma fase pós-europeia de Portugal, que poderia ser caminho para reerguer e reinventar Portugal longe do velho mundo. Muitas dúvidas e muitos conflitos decorreram dessa mudança, bem como um grande conjunto de benefícios para a América, como a imprensa régia em 1808, a abertura dos portos e a celeridade nas decisões.

Q5 – Uma das razões do malogro projeto de definir o Rio de Janeiro como nova sede do império português foi a resistência dos portugueses moradores da Europa, que viam o Brasil como uma terra bárbara, povoada por africanos e americanos pouco educados.

Q6 – A escravidão foi questão polêmica por ser, ao mesmo tempo, a base da organização social, política e econômica da América portuguesa, mas isso era visto por alguns como uma base ruim para a nova nação, que deveria, nesse sentido, ser criada pensando-se em um modo de, no longo prazo, abolir a escravatura. Outros entendiam ser ela o elo fundamental daquele mundo e deveria ser mantida em toda sua potência tanto por sua importância econômica como por ser legitimada pela ideia de ser justa por trazer para a civilização pessoas bárbaras.

Q7 – Acerca da escravidão, ainda havia o problema de outras nações, em especial a Inglaterra que, àquela altura, se arvorava como a promotora da liberdade no mundo após abolir o tráfico de escravos em suas colônias em 1807. A Inglaterra somente reconheceu a independência do Brasil em 1826, após o acordo para que a nova nação extinguisse o tráfico Atlântico de escravos no prazo de cinco anos. Também a revolução do Haiti era uma questão, a manter vivo o medo de revoltas escravas em uma jovem nação, em sua maioria, povoada por africanos escravizados, seus descendentes livres ou libertos.

Q8 – A independência política do Brasil foi processo longo, marcado por muitos conflitos. Os escravizados se tornariam livres? A nação seria uma só, com todas as províncias se tornando uma só nação?

Nem todas as províncias aderiram, ao mesmo tempo, à causa da emancipação política. Ademais, ainda restava empenho português para retomar sua antiga colônia, sendo a Guerra de Independência da Bahia um dos momentos de conflito bélico importante que, em 1823, garantiu a independência, ao mesmo tempo em que mostrou como ela estava em risco.

Q9 – Na primeira metade do século 19, o Brasil foi palco de inúmeras revoltas, desde escravizados àqueles que buscavam se separar do recém-criado País.

Q10 – Mais do que inventar uma nação, a separação política impunha dilemas políticos variados em razão da novidade que era o constitucionalismo e o liberalismo. Nesse sentido, ao longo da primeira metade do século 19, houve muitas disputas entre um modelo mais centralizado de poder, com maior concentração na figura do imperador, ou um menos centralizado, com maior autonomia das províncias, o que esteve em pauta, especialmente após a abdicação de Pedro I em 1831.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BRASIL. Decreto de 12 de novembro de 1823. In: RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974, p. 305, com adaptações.

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 e Q2 – A fronteira terrestre brasileira é dividida em três grandes arcos: norte, central e sul. A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 quilômetros de largura ao longo de 15.719 quilômetros da fronteira brasileira, a qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões, reunindo aproximadamente 10 milhões de habitantes. A zona de fronteira, portanto, é constitucionalmente definida como a faixa de até 150 quilômetros de largura, “ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional” (art. 20, § 2º, CF), cuja ocupação e utilização sofrem restrições legais.

Q3, Q4 e Q5 – No arco norte, a diversidade da fronteira marca-se na grande presença de reservas naturais e florestas, o que torna a própria Amazônia uma prioridade pelo seu potencial de riquezas minerais e biodiversidade. É também relevante o número de terras indígenas (TIs) – fato que deu sentido à opção pela realização da primeira oficina de trabalho em Roraima e de uma das atividades de campo em Pacaraima, município brasileiro situado inteiramente em uma terra indígena. Há uma amazônia além da identificada pelas riquezas naturais e pela importância ambiental, ou daquela noticiada pela crescente degradação de suas florestas. Uma amazônia povoada por indígenas, populações remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pescadores artesanais, carvoeiros, seringueiros, castanheiros, coletores de açaí, quebradeiras de coco babaçu, entre outros povos tradicionais que habitam tanto espaços urbanos quanto rurais. Um grande desafio da Amazônia é a sua dimensão e sua baixa densidade demográfica, quando comparada às outras regiões, o que exige que o discurso de que essa é uma “terra sem homens” precisa ser superado. No arco central, reconheceu-se que a zona de fronteira é um espaço de interações, contatos e fluxos sociais, econômicos e culturais, movidos por semelhanças e contrastes. Nela habitam as pessoas, com suas vidas reais, estabelecendo vínculos e relações

familiares, profissionais, comerciais e institucionais que superam a linha divisória territorial, particularmente nos arranjos transfronteiriços. Daí a necessidade de se estabelecer uma aproximação institucional e, também, de se aprofundar o relacionamento entre o governo do município brasileiro e o governo da cidade do país vizinho. Esses arranjos devem ser considerados como portas abertas do Brasil aos povos dos países vizinhos e portas desses países para os cidadãos brasileiros. Em função das grandes porções de limite seco, sem obstáculos físicos significativos de separação, há facilidade dos contatos, de aproximação entre os países em vários pontos da fronteira do arco central, que se consolidam há séculos, sobretudo nas relações de parentescos, que fazem com que haja maior entrelaçamento cultural dos povos. O movimento da economia fortalece essas relações por meio do comércio em ambos os lados do limite fronteiro. Porém, há também a ocorrência de ilícitos que exigem das autoridades a criação de instrumentos para pacificar fatos que fazem parte da dinâmica fronteira, mudando o atual panorama de criminalização de determinados comportamentos. No arco sul, o mais povoado, denso e economicamente mais bem posicionado entre os arcos, a fronteira é um espaço aberto, ou seja, “sem fronteira”.

Q6 e Q7 – Historicamente, os processos de urbanização no Brasil ocorreram de forma rápida, sem planejamento e com expressiva concentração ao longo da faixa litorânea do País. Boa parte das grandes cidades brasileiras teve seus núcleos urbanos originais estabelecidos nas proximidades costeiras, orientando suas atividades e o desenvolvimento urbano local a partir das frentes d’água nacionais. Atualmente, 395 municípios e 16 regiões metropolitanas localizam-se na zona costeira do País, acumulando cerca de 24% da população brasileira. Em virtude da complexidade desses territórios, da diversidade de padrões de ocupação e da heterogeneidade de usos, muitas vezes conflitantes entre si, planejar essas áreas constitui um grande desafio para os poderes públicos locais, bem como para a gestão urbana e territorial regional. A zona costeira brasileira configura-se em um território complexo, no qual as dinâmicas urbanas possuem padrões diferenciados, demandando atenção especial no que tange ao seu planejamento. Em geral, são áreas ambientalmente suscetíveis e vulneráveis às ocupações irregulares, seja de alta ou de baixa renda, por pertencerem ao domínio público. Além disso, tais áreas tendem a concentrar atividades e usos conflitantes, especialmente em relação à exploração econômica das frentes d’água, combinando usos de alto impacto urbanístico, como as atividades portuárias, com negócios tradicionais, como a pesca e a exploração turística. Dessa forma, a zona costeira brasileira possui grande relevância para o planejamento urbano de nossas cidades, demandando especial atenção em políticas e estratégias de desenvolvimento urbano, de forma a garantir a integração entre ações de dimensões urbanas, sociais, econômicas, ambientais, culturais, entre outras, buscando sempre assegurar o adequado uso dos recursos disponíveis, a justa distribuição dos ônus e benefícios dos processos de urbanização e a gestão democrática.

Q8, Q9 e Q10 – O Brasil possui soberania de exploração de uma área oceânica de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a cerca de 50% da sua área continental. Da Amazônia Azul, retira-se cerca de 95% do petróleo, 80% do gás natural e 45% do pescado produzido no País, e, ainda, pelas rotas marítimas escoam mais de 95% do comércio exterior brasileiro. A chamada economia do mar, ou economia azul, revela-se como a nova fronteira da economia mundial, com base no uso sustentável dos oceanos e de seus recursos, voltado ao crescimento econômico, ao desenvolvimento tecnológico, à segurança alimentar, à geração de empregos e à preservação do meio ambiente marinho. O potencial econômico da vasta dimensão das bacias de petróleo do Pré-sal foi uma das principais motivações para o pedido de extensão para além das 200 milhas do limite da Plataforma Continental. As rochas do Pré-sal estendem-se por cerca de 800 quilômetros da plataforma marítima brasileira, do norte da bacia de Campos ao sul da bacia de Santos, compreendendo uma faixa que se estende do litoral sul do estado do Espírito Santo ao estado de Santa Catarina, com largura de até 200 quilômetros. Associado ao mar, outro recurso energético que deve ser destacado pelo seu potencial na redução da dependência de combustíveis fósseis, contribuindo para a desaceleração do aquecimento global, é a geração de energia elétrica a partir de processos marinhos dinâmicos, como ondas, correntes e marés, e termodinâmicos, como gradientes verticais de temperatura e horizontais de salinidade, além dos processos eólicos que ocorrem sobre o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). A Amazônia Azul apresenta, ainda, uma vasta gama de possibilidades de exploração de recursos minerais existentes no leito ou no subsolo marinho. Entre esses, areia e cascalho são aqueles que apresentam maior potencial em volume, depois do petróleo e do gás natural, para a indústria da construção civil; para a agroindústria ou para a indústria farmacêutica, formas

livres de algas calcáreas, como os rodolitos, são potenciais pela alta concentração de carbonato de cálcio e de magnésio; metais nobres, como ilmenita, mozanita, zirconita e rutilo, ocorrem em praticamente toda a Amazônia Azul; e diversos minerais, como fosfatos, potássio, magnésio, enxofre, carvão ou hidratos de metano, foram observados no ZEE brasileiro. Portanto, há recursos minerais abundantes de interesse para o Brasil; contudo, esbarram em duas condições principais: a viabilidade econômica em relação ao existente no continente; e tecnologias adequadas para a exploração marinha. Além disso, deve-se considerar, ainda, uma exploração que não cause impactos ambientais.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/zona-costeira-e-seus-m%C3%BAltiplos-usos.html>>. Acesso em: junho de 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Fronteiras do Brasil*: referências para a formulação de políticas públicas. Volume 6 / Coordenador: Bolívar Pêgo. Brasília: Ipea, Ministério da Integração Nacional, 2021, pp. 286 e 295.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Fronteiras do Brasil*: uma avaliação de política pública. Volume 1 / Organizadores: Bolívar Pêgo (Coordenador) ... [et al.]. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – A produção agrícola e a agropecuária brasileira passaram por grandes transformações nas últimas décadas. A partir da Revolução Verde, período de grandes investimentos em pesquisas e estudos para melhoramento de técnicas de produção, aliado a aumento populacional, urbanização acelerada, maior acesso à informação e outras ferramentas, deu-se uma alta no aprimoramento dos conhecimentos agroindustriais. A lógica do mercado foi, então, introduzida nos parâmetros de produção agrícolas e revolucionou o modo de produzir no Brasil e no mundo. O aumento de produtividade foi significativo, por meio de técnicas de correção de solo, melhoramento genético de sementes, aprimoramento das mais diversas formas agropecuárias, de irrigação etc.

Q2 – Dessa maneira, a modernização da agricultura provocou grandes transformações nas atividades agrícolas e agropecuárias no Brasil, a partir da difusão da agricultura tecnificada que vem transformando os modos de produção e as relações de trabalho no campo e na cidade, em algumas regiões do País. Essa reorganização do território brasileiro e os novos arranjos territoriais configuram, portanto, regiões com especializações produtivas em determinadas *commodities* requeridas no mercado internacional.

Q3 – O agronegócio globalizado a partir da utilização de um modelo produtivo e técnico das atividades agrícolas, pautado na acelerada urbanização, dinamiza as relações entre áreas rurais e urbanas, estreitando laços entre elas a partir de uma refuncionalização das atividades para atendimento de determinadas cadeias produtivas globais. O conceito de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA's) pode ser entendido como áreas híbridas, seja pela presença de modernos espaços agrícolas, seja por espaços não metropolitanos – cidades médias e pequenas, transformadas por dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado, formando pontos, nós ou manchas de redes agroindustriais internacionais.

Q4 – Essas áreas são as mais competitivas, já que são as que mais recebem investimentos públicos e privados. Instituições com a Embrapa, as Superintendências e outros órgãos de apoio e fomento foram

estrategicamente planejados e orientados a dar suporte à consolidação desse modelo produtivo e lógico. No entanto, apesar da possibilidade de identificação de dinâmicas socioespaciais semelhantes nessas regiões, há que se considerar que os arranjos territoriais que cada *commodity* necessita para se consolidar e atender as demandas do mercado são diferentes, já que demandas de insumos, serviços, mão de obra, entre outros, são específicas, fazendo com que cada região destas possua características especiais de cada produto e mercado a ele vinculado.

Q5 – Alguns arranjos produtivos verticalizados, em que os espaços de exclusão chamam a atenção, podem ser citados, como a fruticultura irrigada no vale do Rio São Francisco, a produção de soja nos cerrados nordestinos, a região do oeste da Bahia, onde se destacam os municípios de Barreiras e Eduardo Magalhães, e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Q6 – Entende-se, assim, que o agronegócio, ou a agricultura científica globalizada, vem reconfigurando as relações campo-cidade, dinamizando a economia, impulsionando o crescimento e a formação de novas áreas urbanas ou reestruturando antigas, com forte integração da agropecuária e da indústria.

Q7 – Nesse sentido, percebe-se o avanço do agronegócio de maneira excludente e espacialmente seletiva, perpetuando estruturas sociais, territoriais e políticas divergentes da noção de desenvolvimento inclusivo, incrementando espaços e segmentos sociais que destoam de um crescimento endógeno desses espaços. O comando de novos arranjos territoriais externos às demandas locais substitui a clássica solidariedade orgânica das regiões como até então entendidas, ao mesmo tempo aumentando a variedade de lugares, dadas as especializações produtivas e, ao mesmo tempo, incorrendo em novas paisagens agrárias. Os espaços de exclusão podem ser entendidos como sendo áreas dentro ou próximas de outras que estejam passando por processos socioespaciais dinâmicos de desenvolvimento, com geração de riquezas, porém seletivamente e desigualmente distribuídos.

Q8 – Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação específicos para atendimentos de demandas do mundo global formatam esses espaços, incrementando o crescimento das cidades que servem ao atendimento dessas novas demandas do agronegócio, por meio de redes agroindustriais que também formatam a paisagem do campo. Dessa forma, afirma-se que novas regiões formadas a partir do agronegócio venham se estruturando, utilizando-se de sistemas de objetos e sistemas de ações próprios do atual modelo de produção globalmente articulado pelas corporações e elites econômicas, com intensa utilização de tecnologia, informação e logística, incluindo aumento significativo da produção de *commodities* e atendimento do mercado externo, porém com a exclusão e a desigualdade acompanhando esse tipo de desenvolvimento, marginalizando parte da população, seja ela rural ou urbana, já que, graças à consolidação desses processos, a concentração de renda inibe oportunidades de desenvolvimento pautado em vocações territoriais.

Q9 – Dessa forma, essas regiões podem ser caracterizadas como espaços onde predominam a atuação de forças externas, não sendo mais uma região autônoma, já que ocupa um lugar funcional na rede globalizada, com especializações produtivas, em que a acumulação do capital do agronegócio é comandada por grandes empresas nacionais e multinacionais vinculadas a essas redes de produção agroindustriais globais.

Q10 – Esses espaços, também conhecidos como pontos luminosos, são focos dinâmicos da economia regional, porém com predominância de processos verticais em detrimento de horizontais, e articulados como pontos de uma rede de fluxos internacionais, conectados aos reais centros de poder. Geralmente são comandados por multinacionais que têm o controle total do processo produtivo, mas pouco ou nada interagem com a escala local em que efetivamente ocorrem tais dinâmicas. Ao mesmo tempo em que esses espaços são extremamente dinâmicos economicamente e tecnificados, há uma seletividade espacial por conta dessas redes e de suas necessidades que excluem outros espaços, acirrando as históricas desigualdades sociais. Os avanços em termos de produtividade no campo brasileiro são inegáveis, porém acirrando desigualdades sociais e reconfigurando estruturas que, muitas vezes, não asseguram direitos básicos e justiça social, já que essas novas reestruturações produtivas modificam o uso do solo com aumentos de áreas de monocultura em detrimento de perdas de áreas de produção de alimentos voltados ao mercado interno; aumentam a concentração fundiária;

elevam o número de empresas agrícolas nacionais e multinacionais em detrimento da agricultura camponesa ou familiar; e reconfiguram o mercado de terras com alteração substancial na valorização e no preço delas, com maior presença de *holdings*, além de disputas e conflitos por terra e água.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

ELIAS, D. Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista Nera*. Ano 8. n. 8, jan./jun. 2006.
_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, V. E. (Org.) *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Oeste do Brasil*. Ed. Fapesp, 2015.
FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Confins [on-line]*, 17. 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8153>>.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1, Q2 e Q3 – A reorganização mundial dos espaços produtivos e o surgimento de dinâmicas comerciais específicas incluíram também um conjunto de mudanças na estrutura mundial dos portos: novos métodos de movimentação de cargas, equipamentos com sofisticação tecnológica, mão de obra especializada e agilidade, bem como os avanços da engenharia naval e a construção de novos tipos de navios mercantes, como os Ro-Ro, para o transporte de veículos.

Q4 e Q5 – A eficiência e a dinâmica de um porto não se limitam apenas às instalações e à capacidade dos navios, mas principalmente ao seu entorno, dadas as atividades produtivas que fazem uso dos seus serviços, ou seja, sua hinterlândia. Reafirma-se que a dinâmica portuária e as mudanças nos métodos das operações portuárias sempre estiveram associadas à reorganização mundial dos espaços produtivos e ao surgimento de dinâmicas comerciais específicas. Com a globalização, novas demandas foram colocadas sobre os portos, o que resultou em mudanças no sistema portuário mundial e nas cidades com portos. Em relação ao porto, destaca-se que este não pode ser pensado apenas do ponto de vista técnico e operacional. Ele não é apenas um corredor, é mais: um instrumento a serviço de um projeto de desenvolvimento.

Q6, Q7 e Q8 – No entanto, atribui-se a maior transformação do setor aos navios contêineres especialmente projetados para a maximização do transporte de contêineres, ícone das transformações mundiais no transporte e no manuseio de cargas. Em escala global, as redes produtivas dependem cada vez mais do transporte marítimo que é responsável pela maioria dos fluxos de bens materiais entre os continentes, associando-se também a outros tipos de modais. No passado, esse meio de transporte foi, por muito tempo, caro e pouco seguro, constituindo um elo fraco dos sistemas de transporte. No entanto, nos últimos 20 anos, a modernização permitiu reduzir o tempo de permanência dos navios no cais e aumentar a capacidade de carga, tornando-os cada vez mais velozes e seguros, contribuindo, assim, com a significativa diminuição do custo do frete marítimo. A modernização do transporte marítimo, bem como o desenvolvimento rápido do uso do contêiner, impôs uma transformação radical no sistema portuário mundial, que tinha se tornado o elo fraco das grandes redes logísticas. Em consequência, nos anos de 1980 e de 1990, os países inseridos nos fluxos do comércio global empreenderam reformas portuárias nas quais aplicaram algumas receitas institucionais e operacionais universais para conferir maior competitividade aos portos e à base produtiva nacional.

Q9 e Q10 (exemplos) – Canal do Panamá: como existe uma diferença quanto ao nível dos oceanos Pacífico e Atlântico, a construção de diversas comportas ou eclusas foi necessária, sendo as principais: eclusas

de Gatún, eclusa de Pedro Miguel e eclusas de Miraflores. Para atravessá-lo, um navio leva de seis horas a oito horas. Pelo canal do Panamá, passam, por ano, 15 mil navios, o que corresponde a aproximadamente 4% do comércio mundial. As principais rotas que utilizam a estrutura são as associadas à costa leste dos Estados Unidos da América (EUA), principalmente com destino à costa oeste da América do Sul. Há também fluxo de cargas com origem europeia para a costa oeste dos EUA e do Canadá. O canal do Panamá depende do nível de chuvas que ocorre na América Central, pois os lagos, no interior do canal, são de água doce, e períodos de seca ou de pouca chuva afetam o nível dos lagos. Estreito de Ormuz: o estreito de Ormuz é a única ligação entre o Golfo Pérsico e os oceanos. Todo o tráfego marítimo do Golfo Pérsico para os principais países exportadores de petróleo do mundo tem que passar por essa via. O estreito de Ormuz é também importante para o transporte de gás natural liquefeito (GNL) do Catar, o maior fornecedor mundial do produto. O ponto mais estreito da passagem situa-se entre o Irã, ao norte, e Omã, ao sul. Considerando-se as águas territoriais dos dois países, a área navegável se reduz a apenas 10 quilômetros. Nessa faixa de água é que os superpetroleiros passam, diariamente, transportando mais de 15 milhões de barris de petróleo, em uma região de instabilidade política no Oriente Médio. Estreito de Malaca: com cerca de 900 quilômetros de comprimento, o estreito de Malaca é o principal gargalo da Ásia e uma das rotas marítimas mais congestionadas. O canal liga o continente ao Oriente Médio e à Europa, e por ele passam cerca de 40% do comércio mundial. Mais de 100 mil navios atravessam-no por ano. Em seu ponto mais estreito, em Cingapura, ele tem apenas 2,7 quilômetros de largura, criando um gargalo natural e uma área propícia a colisões, encalhamentos ou derramamentos de óleo. Cerca de 16 milhões de barris de petróleo passaram pelo canal em 2016, fazendo dele a segunda passagem de combustíveis mais relevante do mundo. O estreito tem importância estratégica crescente para Pequim. Cerca de 80% das importações de petróleo cru da China passam por ele, provenientes do Oriente Médio e da África. Canal da Mancha: o tráfego marítimo no canal da Mancha é um dos mais intensos do mundo, especialmente pelas ligações possíveis entre a França e a Inglaterra. Entre as cidades de Dover (Inglaterra) e Calais (França) é que se concentram os maiores índices de navegabilidade. Por muito tempo na história, sobretudo por conta dos recursos de navegação mais precários, foram registrados acidentes marítimos no canal da Mancha em razão das fortes tempestades que acometem o local. Destacam-se, no canal da Mancha, o transporte de mercadorias diversificadas e, ainda, navios petroleiros. Estreito de Gibraltar: o estreito de Gibraltar é um gargalo natural na junção das rotas marítimas do Mediterrâneo, do Atlântico Norte e da África Ocidental. Ele possui uma relevante importância econômica e geopolítica. No sentido econômico, assim como outros canais e passagens do mundo, como o canal do Panamá ou o canal de Suez, ele permite a redução de tempo e despesas no decorrer das travessias de navios-cargueiros com destino à Europa, América ou Ásia. No sentido geopolítico, o estreito de Gibraltar representa uma rápida e curta comunicação entre a Europa e a África. Por essa razão, esse território é bastante vigiado por forças militares para garantir a segurança.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/blog/os-maiores-gargalos-do-transporte-maritimo-mundial/>>. Acesso em: julho de 2021.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56555845>>. Acesso em: junho de 2021.

LIMA, Luiz Cruz; BATISTA, Francisca Gonçalves. *O porto na nova organização do espaço mundial*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, 2006.

NUNES, André Figueiredo; VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Os estreitos no oriente médio e a segurança energética. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 33, n. 68, p. 82-100, maio/ago. 2018.

VARGAS, Melina Nolasco; LUZ, Evandro Moritz; COELHO, Antônio Sérgio. *Hinterlândia*: discussão conceitual e o caso dos portos catarinenses. V Congresso Internacional de Desenvolvimento Portuário. Florianópolis, 2018.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – A urbanização brasileira, representada pelo aumento populacional das cidades em detrimento da zona rural, foi mais significativo a partir da década de 1970, embora o crescimento das cidades seja representativo a partir da década de 1920, aproximadamente. Todo esse processo envolveu uma modificação no papel das cidades, que antes eram basicamente auxiliares ao desenvolvimento de atividades agrícolas como a mineração, a produção de cana-de-açúcar, de café ou de ouro. Com a intensificação do processo de industrialização e o êxodo rural, as cidades foram crescendo em número e complexificando-se à medida que a sociedade também evoluía. O Brasil apresentou um processo de urbanização bastante acelerado, demonstrado especialmente pela modificação demográfica do País e no que se refere ao aumento da população urbana em detrimento da população rural. Esse aumento populacional nas cidades pode ser observado pelas décadas, sendo que, em 1940, a população urbana era de 26,3%, em 2000, de 81,2%, e, em 2010, por volta de 84%, dando um salto significativo em curto espaço temporal. A velocidade e a intensidade de tal processo refletiram na organização e nas formas espaciais das cidades, bem como nas relações de classe e no acesso a direitos básicos, à urbanidade e, portanto, à qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Q2 – As relações entre cidades de diferentes portes, na perspectiva de análises clássicas, levam em conta a importância da cidade, mas especialmente sua hierarquia. Graças ao porte da cidade, considerava-se que o centro urbano pequeno iria se relacionar diretamente com outro centro urbano de maior porte e assim sucessivamente, seguindo uma lógica escalar.

Q3 – Graças à complexidade da modernidade e dos diferentes fenômenos econômicos, políticos e sociais, redefiniram-se também as relações entre as cidades, fazendo com que as intermediações hierárquicas que antes existiam entre cidades menores e grandes fossem ressignificadas. Onde antes existia uma certa rigidez nas relações entre as cidades, onde as cidades pequenas se relacionavam com as médias ou centros regionais, que se relacionavam com os grandes centros e as metrópoles, nesse período as cidades médias passaram a ter relações diretas sem necessariamente a intermediação clássica e hierárquica das redes de cidades.

Q4 – A complexa relação nas redes de cidades também é impactada por decisões políticas e econômicas, como, por exemplo, pela desconcentração industrial. Esse fenômeno por vezes ocorre com a migração de centros ou plantas industriais para outros municípios que podem oferecer vantagens competitivas por meio da guerra fiscal ou de infraestrutura, fazendo com que o impacto na população, especialmente nos trabalhadores e nas funções exercidas por esse centro urbano, modifiquem-se.

Q5 – Esse processo envolveu, em nível nacional, alguns fenômenos como a desconcentração acelerada de atividade industriais, bem como sua ampliação e diversificação; o aparecimento de centros industriais especializados e diversificados; a modernização, a industrialização e a capitalização do campo, com destaque para a constituição de grandes complexos agroindustriais, além da ampliação de uma base técnica, associada principalmente às comunicações e à rede de transportes.

Q6 – A década de 1960 foi marcada por fluxos migratórios do campo para a cidade, o êxodo rural, que fez com que as cidades crescessem em nível populacional, embora a infraestrutura urbana não tenha acompanhado esse processo. A oferta de trabalho, educação, moradia e acessibilidade não foram igualitárias, proliferando áreas periféricas de grande concentração de pobreza e marginalidade ou mesmo o impulso de fluxos migratórios para cidades com maior oportunidade para as classes trabalhadoras.

Q7 – Com relação às desigualdades socioespaciais, essas são características presentes em países como o Brasil, pautados por deseconomias de aglomeração resultando em materializações no espaço intraurbano, que configuram a realidade da segregação espacial, a partir de uma diferenciação de classes, que seleciona o acesso a direitos básicos, maior ou menor presença do estado e das corporações e acesso a serviços e infraestrutura. As dinâmicas urbanas de favelização, graças às dificuldades de moradia, ao encarecimento do preço da terra urbana oriundo de um desordenado processo de ocupação, sem planejamento, somados à especulação imobiliária e à gentrificação, empurraram parcelas significativas da população para áreas de risco e frágeis ambientalmente. Além disso, o aumento da violência urbana segregou aqueles que podem pagar por serviços de segurança e vigilância, bem como seguros a bens e serviços.

Q8 – Essa dinâmica criou espaços como os enclaves urbanos, que podem ser entendidos como espaços privatizados e monitorados, especialmente desenvolvidos para moradia, lazer, trabalho ou consumo. Considerados muitas vezes como “ilhas” de acesso a sistemas de segurança, eles são mantidos por empresas de vigilância e monitoramento constantes e atraem aqueles que, graças à violência e às desigualdades, se sentem mais seguros nesses espaços e podem pagar para desfrutá-los. Condomínios, *shoppings centers* e complexos de escritórios são espaços públicos privatizados com usos específicos e com exclusividade no oferecimento de determinados serviços. Os enclaves urbanos e a segregação socioespacial intraurbana são processos que estão intimamente relacionados, já que os primeiros acabam por fragmentar a cidade, indo contra os princípios do direito à cidade, infringindo o direito constitucional de ir e vir independentemente de classe, raça, gênero ou poder aquisitivo, privatizando espaços e influenciando nas interações públicas.

Q9 – Graças à intensificação dos efeitos da globalização, a partir da segunda metade do século 20, especialmente com a revolução dos sistemas de comunicação e transportes, pautada na ciência e na técnica, a sociedade passou por grandes transformações com o avanço do modo urbano em todo o mundo. O conceito de meio-técnico-científico-informacional, perspectiva defendida pelo geógrafo Milton Santos, trata desse tema da junção de um modelo de produção técnica, aliado à ciência e à informação, como base de uma nova forma no sistema capitalista moderno de relações comerciais, sociais e culturais, que tem avançado no mundo todo.

Q10 – As cidades hoje estão mais complexas, como todas as relações sociais, portanto, se antes pobres e ricos distanciavam-se no espaço em áreas ricas, pobres e periféricas, atualmente as metrópoles brasileiras diminuíram as distâncias, porém fortaleceram as segregações. A crise econômica da década de 1980, associada à modificação do preço da terra urbana, empurrou a população menos abastada para áreas ainda mais distantes, aliada a uma especialização de serviços comuns às cidades globais que tendem a se tornar centros financeiros e de decisão, intensificando a desconcentração industrial e aumentando a diversidade de serviços, embora para parcela específica da população. A nova estética urbana formatou os espaços com sua nova lógica e seu *status*, mudando as interações públicas e limitando o pleno direito à cidade de sua população a partir da segregação e da possibilidade de proporcionar serviços e segurança àqueles que podem pagar. Nesse sentido, passam a conviver, com mais proximidade, espaços ricos e pobres nos quesitos segurança, conforto, acessibilidade, paisagismo, urbanidade, qualidade de vida e diferentes tipos de infraestruturas.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos estudos CEBRAP*, v. 47, p. 155-76, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2001.

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro tópico, espera-se que o candidato demonstre conhecimento geral acerca da política externa brasileira para o Oriente Médio no período solicitado, com a identificação de mudanças e continuidades dessa política. Inicialmente, é necessário explicar que o Brasil detinha **relações difusas e de baixo perfil com países do Oriente Médio entre 1945 e o início dos anos de 1970 (Q1)**, o que não impediu que a diplomacia brasileira se envolvesse, até mesmo com protagonismo, em questões regionais relevantes, como o conflito árabe-israelense. Por exemplo, Oswaldo Aranha presidiu a sessão da Assembleia Geral de 1947, que adotou o Plano de Partilha da Palestina por meio da Resolução nº 181. O governo brasileiro também enviou tropas para a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I, na sigla em inglês), o denominado “batalhão de Suez”, em 1956, e apoiou a Resolução nº 242/1967, adotada após a Guerra dos Seis Dias. Por fim, o envolvimento brasileiro em questões do Oriente Médio pautou-se em uma postura de equidistância entre Israel e países árabes até a década de 1970.

Com as crises do petróleo e a necessidade de garantir o suprimento energético, **a diplomacia brasileira aproximou-se de países árabes, em particular do Iraque, entre os anos de 1970 e meados dos anos de 1980 (Q2)**. Em troca de petróleo, o Brasil forneceu bens e serviços para esses países, com destaque para material bélico e construção civil. Como reflexo dessa aproximação, o governo brasileiro assumiu uma posição mais favorável à autodeterminação palestina no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), como se observa no apoio às Resoluções nº 3.210/1974, nº 3.236/1974 e nº 3.379/1975. As duas primeiras referem-se, respectivamente, à participação da Organização para Libertação da Palestina (OLP) na Assembleia Geral da ONU em discussões relativas à Palestina e à aceitação da OLP como membro observadora da ONU. Já a terceira trata da condenação do sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial.

A partir da década de 1980, em um contexto marcado pela crise econômica e pela priorização da agenda regional, por exemplo, a aproximação da Argentina, **o Brasil retomou a posição de equidistância entre Israel e países árabes até o início do século 21 (Q3)**. Se, por um lado, o País votou favoravelmente à Resolução nº 43/177/1988, que reconheceu o *status* soberano da Palestina, por outro, também apoiou a Resolução nº 46/86/1991, que revogou a Resolução nº 3.379/1975. Além disso, após a Guerra do Golfo, as relações bilaterais entre Brasil e Iraque diminuíram. Nos anos de 1990, a diplomacia brasileira manifestou apoio ao processo de paz no Oriente Médio, defendendo a causa palestina ao mesmo tempo em que demandava garantias à segurança de Israel dentro de suas fronteiras. Destaca-se, também, a presença brasileira na assinatura do tratado de paz entre Jordânia e Israel e na Primeira Cúpula Econômica Oriente Médio-Norte da África, e as visitas oficiais de autoridades brasileiras à Israel e à Palestina (e vice-versa).

Na primeira década do século 21, **o Brasil buscou o fortalecimento das relações com o Oriente Médio, aproximando-se, simultaneamente, de países árabes, não árabes e de Israel (Q4)**. Esse fortalecimento ocorreu por meio da criação de mecanismos diplomáticos, como a Cúpula América do Sul e Países Árabes (ASPA), de agenda de visitas recíprocas, da atuação em prol de solução pacífica do conflito israelo-palestino, mantendo a equidistância entre as duas partes, da mediação de acordo nuclear com o Irã (Acordo de Teerã), entre outras ações. De maneira geral, algumas dessas ações, como a realização de cúpulas ASPA e as visitas oficiais, continuaram na década seguinte, ainda que com menor ênfase. Nos últimos anos, as relações entre Brasil e Israel intensificaram-se mediante a assinatura de acordos de cooperação em áreas de ciência e tecnologia, defesa, combate à Covid-19, entre outros. Além disso, também houve visitas presidenciais aos Emirados Árabes Unidos, ao Catar e à Arábia Saudita em 2019, e apoio às negociações de paz entre países árabes e Israel, mediada pelos Estados Unidos da América.

No segundo tópico, o candidato deve situar o Líbano no âmbito da política externa brasileira para o Oriente Médio à luz do panorama apresentado no tópico anterior. É necessário argumentar que **Brasil e Líbano mantinham contato entre si antes de estabelecerem, oficialmente, relações diplomáticas em 1944 (Q5)**. Indiretamente, a celebração do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o império Otomano, em 1958, possibilitou as primeiras imigrações de libaneses, compostas majoritariamente por cristãos, para o território brasileiro entre 1880, pouco depois da visita de Dom Pedro II pela região do Levante, e o final da Primeira Guerra Mundial. Mesmo com a intensificação da migração e do estabelecimento recíproco de consulados no início do século 20, entre outras ações, as relações bilaterais mantiveram baixo perfil até a década de 1970.

Com o início da Guerra Civil no Líbano (1975-1990) e as implicações do conflito israelo-palestino para o país, uma nova onda de imigrantes libaneses dirigiu-se para o Brasil, dessa vez majoritariamente composta por muçulmanos. Além disso, no contexto de aproximação de países árabes, **a diplomacia brasileira manifestou solidariedade ao Líbano e condenou ações militares israelenses em território libanês nos anos de 1980 (Q6)**. A partir dos anos de 1990, **a agenda recíproca de visitas entre Brasil e países do Oriente Médio também se estendeu para o Líbano (Q7)**. O então primeiro-ministro libanês Rafik Hariri visitou o Brasil em 1995, abrindo caminho para outras visitas de autoridades libanesas, que ocorreram nos anos seguintes. O então chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia visitou o Líbano em 1997. Essa agenda continuou na década de 2000, com destaque para a primeira visita de um chefe de estado brasileiro ao Líbano em 2003, marcando o fortalecimento das relações com aquele país, traduzidas em iniciativas concretas e regulares, como o Lebanese Diaspora Energy (LDE). Destaca-se, na década anterior, que **o Brasil assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês) em 2011 (Q8)**, além de ter avançado na cooperação em defesa com o Líbano, com a assinatura de um acordo e a transferência de armamentos (seis A-29 Super Tucano e 16 Iveco 6x6 Guarani) em 2016.

Por fim, no terceiro tópico, o candidato deve discorrer pelo menos acerca de duas iniciativas diplomáticas do governo brasileiro para o Líbano. A primeira delas é **o envio da Missão Multidisciplinar Brasileira de Assistência Humanitária ao Líbano (Q9)**, coordenada pelos ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e da Saúde e composta por representantes do governo e da sociedade brasileira, que teve o propósito de levar medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares. A segunda iniciativa é **a retomada da ideia de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Líbano (Q10)**, visando, simultaneamente, à melhoria da situação econômica libanesa e à ampliação de mercado para o bloco sul-americano.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- CASARÕES, G.; VIGEVANI, T. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? *História*. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 150-188, jul./dez. 2014.
- COSTA SILVA, A. V. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. *Revista Conjuntura Austral*. Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 23-41, jan./mar 2019.
- GARCIA, E. V. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.
- SANTOS, N. B. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. *História*. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 189-216, jul./dez. 2014.
- SHERER, L. M.; GOULART, F. H. L.; VELOSO, P. A. F. (orgs.). *Brasil – Líbano: legado e futuro*. Brasília: FUNAG, 2017.

QUESTÃO 2

No primeiro tópico, espera-se que o candidato identifique as razões que levaram George C. Marshall a pronunciar o próprio discurso. Um primeiro elemento que o candidato precisa considerar é a necessidade de reconstrução econômica da Europa depois da Segunda Guerra Mundial no contexto do início da confrontação entre União Soviética e Estados Unidos da América (EUA) sobre o futuro do continente europeu. Em segundo lugar, o candidato deverá debater acerca da política de contenção estadunidense em relação à União Soviética, elaborada a partir do impacto do “longo telegrama” de George Kennan, do discurso de Churchill em Fulton e da doutrina Truman enunciada em março de 1947. Em terceiro lugar, é desejável que o candidato mencione como a tensão política existente em vários países da Europa Ocidental, onde havia um forte peso dos partidos comunistas (como, por exemplo, França, Grécia e Itália), tenha influenciado a política externa estadunidense nesse período.

No segundo tópico, convém que o candidato demonstre conhecimento quanto aos primeiros passos do processo de integração da Europa Ocidental. O primeiro passo poderá ser considerado a reação dos países da Europa ao plano Marshall, sublinhando a aceitação dele por parte da maioria dos países da Europa Ocidental. O segundo passo a ser citado é a criação do European Recovery Program como primeiro momento de integração econômica da Europa Ocidental, estimulado pelos EUA. Espera-se que o candidato mencione que, pelo ponto de vista político, os países da Europa Ocidental chegaram aos primeiros acordos políticos para a garantia da segurança deles com o tratado de aliança entre França e Grã-Bretanha, em março de 1947, e com o tratado de Bruxelas de 1948.

No terceiro tópico, é importante que o candidato apresente o contexto que conduziu ao estabelecimento do Pacto Atlântico. Será importante destacar como a impossibilidade de chegar a um acordo entre União Soviética e EUA sobre o futuro da Alemanha levou a um acirramento das tensões entre os dois antigos aliados. O candidato deverá explicar como a crise de Berlim constituiu uma das principais crises do sistema internacional durante o primeiro período da Guerra Fria e como ela se resolveu. Como ulterior ponto, deverá ser mencionada a resolução Vandenberg de junho de 1948 como ponto de virada para a política externa americana, permitindo o envolvimento dos EUA em sistemas de alianças militares em tempos de paz. Como último ponto, cabe discutir a gênese do Pacto Atlântico e a criação de uma aliança defensiva que envolvia os países da Europa Ocidental e do Atlântico Norte.

Quesitos de pontuação:

- Q1 – identificação dos principais problemas ligados ao futuro da Europa depois da Segunda Guerra Mundial;
- Q2 – identificação do longo telegrama de Kennan e do discurso de Fulton de Churchill como primeiros elementos de tensão entre EUA e União Soviética;
- Q3 – identificação do *containment* como nova estratégia de política externa dos EUA;
- Q4 – apresentação da doutrina Truman e da tensão na Europa Ocidental em 1947;
- Q5 – identificação da reação da Europa ao discurso de George Marshall;
- Q6 – apresentação do European Recovery Program e seu impacto para um aprofundamento das relações entre os países da Europa Ocidental;
- Q7 – exemplificação dos primeiros acordos políticos entre os países da Europa Ocidental para garantir a própria segurança;
- Q8 – apresentação da questão alemã e da crise de Berlim;
- Q9 – apresentação da resolução Vandenberg e do impacto dela para o futuro da política externa americana; e
- Q10 – apresentação do Pacto Atlântico e do impacto para os países da Europa Ocidental.

Referências

- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacinal do século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 e Q2 – Na apresentação do entendimento de Araújo Castro quanto à política internacional, é pertinente dialogar com o ponto colocado na citação do enunciado de que o Brasil teria longa tradição de política externa, não de política internacional, e as diferenças e (ou) complementaridades entre essas duas noções. O candidato pode citar eventos históricos da PEB para concordar ou discordar da assertiva de Araújo Castro. Para Araújo Castro, a política externa envolve a atuação do País em relação a outros países ou regiões, inclusive em relação à região em que o país está inserido. Na sua visão, a política externa brasileira teve papel decisivo para a consolidação do território, para a manutenção do *status quo* na região do Prata, para o desenvolvimento de relações com os Estados Unidos da América (EUA) e na participação na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, na defesa do princípio da igualdade soberana dos Estados e na defesa das normas de solução pacífica de controvérsias internacionais. Esses são alguns pontos relacionados à “longa e antiga tradição de política externa” aludida no fragmento. Porém, na visão de Araújo Castro, já não bastaria ao Brasil definir uma política em relação aos outros países da região ou aos outros países do mundo. Seria fundamental definir uma política brasileira frente aos problemas do mundo contemporâneo. Esse é um ponto fundamental de uma política internacional. Ou seja, ter visão sobre os temas centrais da agenda internacional (no caso de Araújo Castro, segurança internacional, desarmamento, desenvolvimento econômico, descolonização), assumir posições em questões que não se relacionem apenas com os interesses imediatos ou específicos do país e colaborar no equacionamento e na solução dos problemas mundiais.

Q3 e Q4 – Para Araújo Castro, a política internacional do Brasil teria como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que pudessem limitar o poder nacional. Naquele momento, a posição brasileira em relação ao Tratado de Não Proliferação, no sentido de caracterizá-lo como um instrumento de uma política de “congelamento do poder mundial”, é um exemplo emblemático de uma visão de política internacional. A política externa e a política internacional podem se ajustar e se complementar, como foi o caso da posição em relação ao TNP colocada por Araújo Castro. Na visão de Araújo Castro, o concerto entre as grandes potências, que teria no TNP uma de suas manifestações, estruturava as relações internacionais de modo desfavorável à autonomia do Brasil. A détente entre os EUA e a União Soviética congelava o poder mundial em benefício dos mais fortes. O TNP, de acordo com o interesse dessas duas superpotências, impunha a necessidade de renúncia ao desenvolvimento nuclear. Isso dificultaria um envolvimento do Brasil no núcleo da política mundial e limitaria as capacidades do Estado, além de limitar o próprio desenvolvimento científico e tecnológico do país. O entendimento era que TNP constituía um tratado discriminatório por meio do qual se estabeleciam duas categorias de países. Nesse sentido, a argumentação de Araújo Castro era de contestação à desigualdade institucionalizada pelo tratado entre os membros nucleares e os não nucleares.

Q4 – A posição brasileira, embora com intensidade variável, foi contrária ao TNP, desde 1968, quando o tratado foi aberto a assinaturas, até 1996. No governo Cardoso, o País assinou o tratado em 1997 e ratificou-o em 1998. Até a assinatura, em 1997, a visão originalmente elaborada por Araújo Castro orientou a posição brasileira, embora, desde o governo Collor, o Brasil já viesse modificando sua posição em relação a princípios do tratado em função da assinatura dos acordos nucleares com a Argentina.

Q5 e Q6 – A argumentação do governo Fernando Henrique para assinar e posteriormente ratificar o tratado era fundamentada em uma visão de matriz liberal das relações internacionais, que enfatizava a necessidade de melhorar a credibilidade e a imagem internacional do País, frente ao ambiente internacional dos anos de 1990. Houve também um entendimento de que, com o fim da Guerra Fria, as grandes potências estariam caminhando no sentido do desarmamento, que o Brasil já teria assinado outros acordos renunciando ao armamento nuclear (no âmbito bilateral, com a Argentina e, no latino-americano, com o Tratado de Tlatelolco),

que o TNP teria ganho maior representatividade com as novas adesões do período pós-Guerra Fria e que não haveria mais riscos de conflitos do Brasil com os países da região. A posição brasileira contrária ao TNP pode ser contextualizada a partir do que Gelson Fonseca Junior caracterizou como “autonomia pela distância” e a posição de adesão ao tratado a partir da noção de “autonomia pela participação” ou, nos termos do então chanceler Lampreia, “autonomia pela integração”.

Q7 – Quanto às abordagens teóricas de relações internacionais, é possível caracterizar a posição brasileira de resistência ao TNP como uma posição que tem relação com a abordagem realista, no sentido de que enfatizava a dimensão do poder nacional, a ênfase na ideia de ganhos relativos e as consequências que a anarquia impõe ao comportamento do Estado no âmbito internacional. Araújo Castro tinha uma visão das relações internacionais que têm pontos importantes de convergência com essa abordagem teórica.

Q8 – Posteriormente, a posição brasileira de adesão ao TNP pode ser entendida a partir de uma perspectiva liberal de relações internacionais, que enfatiza as dimensões de cooperação, o papel dos regimes internacionais na governança internacional, os ganhos absolutos, a centralidade das normas internacionais, a ampliação da interdependência e a utilidade decrescente do uso da força no âmbito internacional.

Q9 e Q10 – Conforme manifestado na Estratégia Nacional de Defesa de 2008, o Brasil afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar a tecnologia nuclear. Por outro lado, o Protocolo Adicional do TNP busca aprofundar o controle da AIEA sobre quaisquer atividades de países não nuclearizados que possam aperfeiçoar o domínio da tecnologia nuclear, mesmo nos casos de utilização para fins exclusivamente pacíficos. Na Estratégia Nacional de Defesa, há uma posição contrária à adesão do País ao Protocolo Adicional do TNP quando afirma-se que “o Brasil zelará por manter abertas as vias de acesso ao desenvolvimento de suas tecnologias de energia nuclear. Não aderirá a acréscimos ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares destinados a ampliar as restrições do tratado sem que as potências nucleares tenham avançado na premissa central do tratado: seu próprio desarmamento nuclear”.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- ARAÚJO CASTRO, João A. O congelamento do poder mundial. *Revista de Informação Legislativa*, jul./set., 1971, p. 38.
- FONSECA JUNIOR, Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo, Paz e Terra, 1998, 374p.
- PECEQUILO, Cristina S. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. 9. ed, Petrópolis: Editora Vozes, 2012, 248p.
- ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. O Brasil e os regimes internacionais. *In: OLIVEIRA, Henrique Altamani; LESSA, Antonio Carlos. (orgs). Relações Internacionais do Brasil: temas e agenda*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 75-124.
- SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, 234p.
- VARGAS, João A. C. *Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro*. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, 265p.
- VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social, USP*, vol. 15, 2004, p. 31-61,

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro tópico, espera-se que o candidato demonstre conhecimento a respeito de um órgão multilateral importante para a diplomacia brasileira nos últimos anos. Inicialmente, é necessário identificar a **origem da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no âmbito do Plano Marshall e do conseqüente processo de reconstrução econômica da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial (Q1)**. Ao término da guerra, 16 países europeus reuniram-se em duas conferências em Paris (1947 e 1948) e criaram a Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE), com o propósito de gerenciar a execução do Plano Marshall. Com o término desse plano, em 1952, os Estados Unidos da América (EUA), o Canadá e os membros da OCEE prosseguiram com cooperação econômica e decidiram estabelecer uma nova organização internacional na Conferência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em 1960.

Em seguida, deve-se tratar dos **três objetivos previstos no art. 1º da mencionada convenção da OCDE (Q2)**, quais sejam: “a) alcançar o crescimento econômico sustentável, empregos e elevados padrões de vida nos membros, com a manutenção da estabilidade financeira internacional, para contribuir com o desenvolvimento da economia mundial; b) contribuir para a expansão econômica dos países-membros e não membros no processo de desenvolvimento econômico; e c) contribuir com a expansão do comércio mundial em base multilateral e não discriminatória, de acordo com obrigações internacionais”. Depois, convém identificar pelo menos quatro vertentes de atuação da OCDE: **troca de informações e experiências entre países-membros, uniformização e aperfeiçoamento de políticas públicas, regulamentação relativa a temas de interesse comum e acompanhamento do desempenho de países por meio das revisões por pares (Q3)**.

Para concluir esse tópico, é preciso explicar **os critérios para a acessão de um membro candidato e as etapas do processo de adesão (Q4)**. Os critérios são: 1) compartilhamento de visão de mundo e valores com os membros da OCDE (*like-mindedness*); 2) a capacidade efetiva do candidato de contribuir com a atuação da organização (*significant player*); 3) o benefício mútuo; e 4) os benefícios gerais relacionados com o compartilhamento de experiências com outros países por meio da OCDE (*global considerations*). As etapas são: 1) convite da OCDE ou apresentação de candidatura; 2) elaboração do documento Accession Roadmap para estabelecer os termos da adesão; 3) elaboração do memorando inicial do candidato para informar a sua posição acerca dos instrumentos legais da OCDE; 4) revisões técnicas pela organização; 5) decisão unânime da OCDE favorável à adesão; e 6) assinatura do acordo de adesão à Convenção da OCDE. Após essa última etapa, o acordo segue para aprovação e ratificação do governo e depósito junto à organização.

No segundo tópico, o candidato tem que demonstrar que a formalização da proposta brasileira de adesão à OCDE é resultado do aprofundamento progressivo das relações entre o Brasil e a organização. Em primeiro lugar, é necessário explicar que **o Brasil ingressou como país associado ao Comitê do Aço da OCDE no início dos anos de 1990 (Q5)**. Desde então, o governo brasileiro ampliou seu envolvimento com a organização, com destaque para o convite à participação em todas as reuniões ministeriais da OCDE após a criação de um programa direcionado para o País em 1999. Em segundo lugar, deve-se argumentar que **o Brasil se tornou país-chave (key partner) da OCDE em 2007 (Q6)**, o que ampliou a possibilidade de participação brasileira em diversos órgãos, comitês e grupos de trabalho da organização, assim como a adesão a instrumentos legais e acesso a informes estatísticos e revisão por pares. Em terceiro lugar, é preciso comentar acerca da **assinatura do Acordo Marco de Cooperação com a OCDE em 2015 (Q7)**, institucionalizando a cooperação e o diálogo entre a organização e o Brasil em torno de áreas específicas e com base no interesse mútuo. Por fim, é obrigatório discorrer a respeito do **encaminhamento do pedido formal de adesão à OCDE por parte do governo brasileiro em 2017 (Q8)**, e ações subsequentes, como o estabelecimento do Conselho Brasil-OCDE, instituído em 2019, e a atual adesão brasileira a mais de 40% dos instrumentos da organização.

No terceiro tópico, **o candidato deve não apenas apresentar, como também explicar dois benefícios que o Brasil obterá com o ingresso na OCDE (Q9 e Q10)**. Não basta realizar menções genéricas, por exemplo, a acesso a mercados ou a aumento de investimentos. A título de ilustração, um primeiro benefício que pode ser identificado é a participação do País em uma das principais instâncias globais na definição de normas e regras internacionais, na medida em que as decisões da OCDE estabelecem padrões de comportamento com

base no compartilhamento de boas práticas em diversas áreas, como educação, agricultura, finanças etc. Além de ter voz ativa, o Brasil poderia priorizar e influenciar temas de seu interesse nessas decisões. Um segundo benefício é o acompanhamento, a avaliação e a revisão das políticas públicas brasileiras por técnicos especializados da OCDE. Essa atuação da organização poderia contribuir para o aperfeiçoamento de políticas em áreas-chave, como o combate à fome e às desigualdades sociais, com vistas à elevação dos padrões de vida da população brasileira.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BAUMANN, R. O que esperar da membresia na OCDE? In: *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 25, p. 29-49, abr. 2021.

CANUTO, O.; SANTOS, T. R. What can Brazil expect from joining the OECD? In: *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 25, p. 51-67, abr. 2021.

SCHNEIDER, M. *Adesão do Brasil à OCDE: aspectos gerais e temas ambientais*. Brasília: Câmara dos Deputados, mar. 2020.

THORSTENSEN, V.; NOGUEIRA, T. R. S. M. *Brasil a caminho da OCDE: explorando novos desafios*. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2020.

ECONOMIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

1) Acerca dos impactos da recuperação econômica global sobre o crescimento da economia brasileira

A melhora do cenário econômico internacional está associada à adaptação dos padrões de produção e consumo ao redor do mundo, aos estímulos monetários e fiscais dos governos, sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA), e ao avanço da vacinação global contra o Coronavírus.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a economia global crescerá aproximadamente 6% em 2021, impulsionada pela retomada do crescimento nos EUA e na China. O aumento da demanda nas principais economias estrangeiras, considerando que se trata de economias abertas ao comércio internacional, impulsiona o consumo de bens e serviços produzidos pelos países parceiros comerciais. No Brasil, por exemplo, os principais bens beneficiados pelo aumento da demanda estrangeira são *commodities* agrícolas, minérios e petróleo, sendo que boa parte desse aumento está relacionado à retomada da economia chinesa. A expansão do consumo de produtos brasileiros favorece o aumento das exportações e, por conseguinte, da renda nacional. Estimativas para 2021, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, indicam uma corrente de comércio inédita de US\$ 509,7 bilhões, sendo US\$ 202,2 bilhões de importações (alta de 27,3% comparado a 2020) e US\$ 307,5 bilhões de exportações (alta de 46,5% comparado a 2020).

O crescimento da economia global também contribui para o crescimento da economia brasileira por meio do aumento dos investimentos externos. Tudo mais constante, o crescimento das economias centrais significa que há mais recursos para realizar investimentos diretos e capital para operações financeiras no Brasil. O aumento do valor da poupança externa direcionada ao Brasil por meio de investimento externo direto e de investimentos de portfólio favorece a produção econômica do País. Assim, o aumento das exportações e do investimento externo, somado aos efeitos das medidas em curso de recuperação da produção e da renda da

economia brasileira, contribuem para alcançar a projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) nacional de 5,3% em 2021.

2) Acerca dos impactos da recuperação econômica global sobre a taxa de câmbio do real

O Brasil é uma economia de mercado aberto e a sua taxa de câmbio é definida, de forma simplificada, a partir da relação entre a demanda e a oferta de moeda local em comparação com moeda estrangeira. Excluídos os possíveis choques externos e internos, a taxa de câmbio do real aprecia-se na medida em que aumenta a demanda por bens e serviços comercializados pelo Brasil no exterior. Se for considerado o mesmo processo, mas agora na direção contrária, o aumento da demanda no Brasil por bens e serviços produzidos no exterior tem o efeito de desvalorizar o preço do real em relação à moeda estrangeira. Assim, a taxa de câmbio reflete a relação entre os movimentos de demanda por bens e serviços tanto em moeda local como em moeda estrangeira.

A expansão da economia internacional (liderada pelos EUA e pela China), observada desde o segundo semestre de 2020, *ceteris paribus*, aumenta a demanda por produtos comercializados pelo Brasil no mercado externo e tem o efeito de valorizar o real com relação ao dólar. As projeções de *superavit* comercial do Brasil para 2021 ilustram a tendência de recuperação das exportações brasileiras como reflexo da retomada da economia global. Observa-se, nesse sentido, que o aquecimento da demanda internacional por bens produzidos no Brasil contribui para a formação de um saldo comercial positivo e uma valorização cambial.

A retomada do crescimento da economia global produz liquidez adicional nas economias externas e, mantendo as demais variáveis constantes, pode-se observar um aumento absoluto (ainda que não necessariamente relativo) do fluxo de depósitos do exterior ao Brasil, o que também contribuiria para uma valorização cambial. Além disso, a taxa de câmbio reflete o impacto de mudanças na taxa de juros na medida em que, de forma resumida, o diferencial pago pelo Banco Central do Brasil por seus títulos, comparado à rentabilidade dos títulos de bancos centrais de outros países, aumenta a demanda externa por instrumentos financeiros em moeda local e, por conseguinte, também valoriza a cotação da moeda.

Ainda que vá na direção contrária, também seria correto registrar que o crescimento de economias “centrais”, como EUA e China, pode resultar em concentração maior do volume dos fluxos de capital disponíveis na economia global pelo fato de experimentarem taxa de crescimento que atrairia novas aplicações. Por esse ângulo, a demanda por moeda nas economias em desenvolvimento pode diminuir com relação às economias “centrais”, e é observada uma relativa desvalorização das moedas de economias em desenvolvimento.

Cabe ressaltar que, no caso de a retomada do crescimento dos EUA e de outras economias importantes resultar em processo inflacionário que acarrete política monetária restritiva de elevação da taxa de juros, a maior rentabilidade e a segurança dos títulos de dívida dos EUA poderiam ter impacto relativo negativo sobre a demanda por títulos brasileiros e pela moeda nacional. Nesse caso, observar-se-ia uma desvalorização da taxa de câmbio do real frente ao dólar americano.

3) Acerca dos impactos da recuperação econômica global sobre a taxa de inflação brasileira

A taxa de inflação é a média do crescimento dos preços domésticos de um conjunto de bens e serviços em determinado período de tempo. Reflete a expansão do nível de preços da economia a partir de um desequilíbrio temporário entre a demanda e a oferta de bens e serviços na economia. Importante lembrar que a inflação registra a taxa em que os preços aumentam, mas não é medida para indicar se o preço é alto.

A retomada do crescimento da economia global tende a aquecer a demanda na economia do Brasil, conforme indicado pela significativa expansão das exportações. Na atual conjuntura de recuperação econômica, ao avaliar a capacidade de reação das economias a aumentos súbitos de demanda, é importante recordar que a pandemia da Covid-19 afetou cadeias produtivas, a disponibilidade de insumos e restringiu a capacidade de reação da oferta. O aumento da demanda externa por bens e serviços do Brasil impulsiona o preço desses produtos, especialmente no curto prazo, dada a relativa demora para se expandir a oferta. O “*boom* das *commodities*” no mercado internacional remunera produtores locais que direcionam crescente parcela de sua produção ao mercado externo e, ao diminuir o estoque disponível na economia local, puxa o nível de preços doméstico para cima. Esse fenômeno responderia por uma taxa de inflação crescente.

O aumento considerável de gastos fiscais em economias amadurecidas, como a norte-americana e a zona do euro, traz risco internacional de um aumento da inflação, uma vez que o impacto da pandemia sobre as cadeias produtivas leva a que o aumento da demanda não consiga ser acompanhado de aumentos proporcionais imediatos da oferta de bens e serviços. Analistas avaliam que a expectativa de inflação crescente naquelas economias pode ser contida por meio da retirada gradual de estímulos existentes de política monetária e, eventualmente, pela necessidade de aumentar a taxa de juros.

O aumento da taxa de juros nos EUA e na zona do euro, tudo mais constante, resultaria em uma alteração do valor de equilíbrio entre a demanda e a oferta por moeda brasileira, o que provocaria a retirada de depósitos de capital externo do Brasil (indo na direção dos EUA, por exemplo) e a desvalorização do real diante do dólar. A desvalorização do real tem impacto sobre os preços de bens e insumos importados e, ceteris paribus, sobre a taxa de inflação doméstica.

Quesitos de pontuação:

- Q1 – apresentar alguns fatores que promovam a recuperação do crescimento da economia global na conjuntura atual;
- Q2 – demonstrar familiaridade com elementos que compõem a equação de renda nacional;
- Q3 – descrever elementos que relacionam o crescimento da economia global ao crescimento da economia brasileira;
- Q4 – relacionar a expansão das exportações e o investimento externo ao processo de recuperação da produção nacional.;
- Q5 – descrever como a recuperação do crescimento global e da demanda por produtos do Brasil pode afetar a taxa de câmbio;
- Q6 – comentar como a demanda por bens e serviços, em curto prazo, pode resultar em pressão inflacionária quando o setor produtivo não é capaz de se ajustar no mesmo ritmo;
- Q7 – apresentar a relação que existe entre o crescimento da demanda interna e a taxa de crescimento do nível dos preços;
- Q8 – apresentar a relação que existe entre taxa de juros e taxa de inflação;
- Q9 – apresentar a relação que existe entre taxa de câmbio e nível de preços na economia local; e
- Q10 – comentar, ainda que brevemente, como a preocupação nos EUA com a taxa de inflação resulta, em parte, em razão do volume dos recursos disponibilizados pelas autoridades monetárias e fiscais para recuperar o nível de demanda.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência

Declaração da Diretora Geral do FMI Kristalina Georgieva. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/04/07/sp-fostering-a-fair-recovery>>. Acesso em: junho 2021.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – A expansão dos gastos do governo afeta o nível de renda de acordo com a magnitude do multiplicador keynesiano dos gastos autônomos.

Q2 – Quanto maior a propensão marginal a consumir (e menor a propensão marginal a poupar), maior tende a ser o valor desse multiplicador, que é dado por

$$\frac{\Delta G}{(1 - PMgC)}$$

Q3 – Há, portanto, um deslocamento da curva IS

Q4 – na magnitude de

$$\frac{\Delta G}{(1 - PMgC)}$$

Q5 – sem que haja deslocamento da curva LM.

Q6 – Esse aumento de renda provoca, no mercado monetário, um aumento da quantidade de moeda demandada a cada taxa de juros, sem que haja mudança na oferta de moeda.

Q7 – Por isso, há um aumento na taxa de juros, que equilibra o mercado de moeda.

Q8 – O aumento da taxa de juros provoca um efeito negativo sobre o investimento.

Q9 – Esse efeito é conhecido na literatura como efeito *crowding-out*, já que a expansão do gasto do governo ocorre à custa de uma redução de investimento.

Q10 – Dessa forma, o impacto final da política fiscal sobre a renda nacional será dado pelo efeito líquido da expansão inicial propiciada pelo aumento do gasto e potencializada pela magnitude do multiplicador keynesiano dos gastos autônomos reduzida do efeito *crowding-out* sobre investimentos.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência

MANKIWI, M. *Macroeconomia*, LTC, 5. ed., 2003, pp. 194-195.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – Uma tarifa específica é a cobrança de um valor fixo por unidade importada de um bem.

Q2 – Uma tarifa *ad valorem* é a cobrança de uma fração do valor (preço) do bem importado.

Q3 – Uma cota de importação é uma restrição direta quanto à quantidade permitida a ser importada de um bem, geralmente por meio de um sistema de licenças.

Q4 – Uma cota de importação sempre eleva o preço doméstico dos bens importados, pois eles se tornam mais escassos no mercado doméstico. Isso ocorre sem que haja aumento da arrecadação governamental.

Q5 – Tanto a tarifa específica quanto a tarifa *ad valorem* levam a um aumento da arrecadação governamental, quando a quantidade importada é positiva.

Q6 – A vigência da cláusula de conteúdo local pode ser considerada um instrumento de política comercial quando a exigência de bens e serviços nacionais a serem utilizados na produção for mais alta do que aquela que seria escolhida de forma livre pelas empresas. Como exemplo, se as empresas escolhessem importar o equivalente a \$ 6.000 em peças e não comprassem nenhuma peça produzida domesticamente, uma cláusula de conteúdo nacional que impusesse a contratação de 50% de conteúdo local colocaria uma restrição à compra de 50% dessa importação, funcionando, portanto, de forma similar a uma cota de importação. Em vista disso, espera-se que haja queda na quantidade importada do bem.

Q7 – Como será necessário adquirir o restante (ou a totalidade dos bens) pela oferta doméstica, logo espera-se que haja aumento da quantidade demandada domesticamente do bem.

Q8 – Ainda com base no exemplo anterior, considerando um preço nacional superior ao importado (senão, não se importaria o bem anteriormente) de \$ 10.000, a cláusula de conteúdo nacional de 50% implicaria um custo para a empresa de 50% de \$ 6.000 + 50% \$ 10.000 = \$ 8.000. Ou seja, a cláusula de conteúdo local tende a aumentar os custos da produção.

Q9 – A não ser que o mercado seja um monopólio (o que provavelmente não é), maiores custos implicarão maiores preços ao consumidor.

Q10 – No caso da cláusula de conteúdo local, também não há arrecadação governamental, o que é outra semelhança entre esse instrumento e uma cota de importação.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência

KRUGMAN, P; OBSTFELD, M. *Economia Internacional*, Pearson, 8. ed. pp. 138, 145 e 149.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Um monopólio é uma estrutura de mercado em que uma única firma domina a totalidade do mercado em questão. Por ser o único ofertante do produto, o monopolista tem uma curva de demanda que é a própria demanda de mercado. Com as condições de maximização de lucro (custo marginal igual à receita marginal), o monopolista acaba decidindo por um preço que corresponde a uma quantidade demandada menor que a que seria transacionada em um equilíbrio de concorrência perfeita. Tal redução acaba por produzir uma perda de peso-morto, ou seja, perda de bem-estar pela sociedade.

Mesmo com tais problemas, há situações em que o monopólio pode ser legítimo, ou até mesmo a única estrutura possível para a oferta de um produto. O primeiro caso é o monopólio natural, que corresponde à situação em que os custos de entrada no mercado são muito altos em relação ao custo marginal (teoricamente, este último pode até mesmo ser nulo). Com isso, não há entrada de novos concorrentes simplesmente porque não vale a pena para os novos entrantes concorrer com o monopolista já estabelecido. Caso clássico são alguns serviços públicos (água e esgoto, eletricidade). A solução comum para esses casos é o Estado tomar para si a produção desses bens ou regular a atuação das firmas privadas, por meio de agências reguladoras.

Um segundo caso de monopólio legítimo é aquele concedido por meio de patentes e direitos intelectuais. É um tipo de monopólio legal concedido pelo Estado com o intuito de promover a inovação em setores-chave, como o farmacêutico e de tecnologia de informação e comunicação. A precificação, nesse caso, não é tão regulada pelo Estado, uma vez que preços abusivos farão a quantidade demandada baixar muito, não sendo lucrativo para a firma detentora da patente. Todavia, a patente tem prazo limitado, de modo que o monopólio não é por tempo indeterminado.

Um terceiro caso de monopólio legítimo é o caso de segurança nacional, ou seja, o fornecimento de serviços que só podem ser produzidos pelo Estado. Exemplos típicos são segurança e jurisdição. Nesse caso, a precificação dos serviços é virtualmente impossível de ser feita, o que faz com que o Estado tome para si a execução e se financie por meio de tributos. Nesse caso, não há como falar de ineficiência em relação ao fornecimento em concorrência perfeita, uma vez que a determinação do equilíbrio fica prejudicada pela impossibilidade de definir preços em tais atividades.

Quesitos a serem avaliados:

Q1 – definição de monopólio: “um monopólio é uma estrutura de mercado em que uma única firma domina a totalidade do mercado em questão.”;

Q2 – demanda da firma igual à demanda de mercado: “por ser o único ofertante do produto, o monopolista tem uma curva de demanda que é a própria demanda de mercado.”;

Q3 – quantidade produzida menor que sob concorrência perfeita: “com as condições de maximização de lucro (custo marginal igual à receita marginal), o monopolista acaba decidindo por um preço que corresponde a uma quantidade demandada menor que a que seria transacionada em um equilíbrio de concorrência perfeita.”;

Q4 – peso-morto na determinação do bem-estar social (basta a menção): “tal redução acaba por produzir uma perda de peso-morto, ou seja, perda de bem-estar pela sociedade.”;

Q5 – monopólio natural: “o primeiro caso é o monopólio natural, que corresponde à situação em que os custos de entrada no mercado são muito altos em relação ao custo marginal (teoricamente, este último pode até mesmo ser nulo). Com isso, não há entrada de novos concorrentes simplesmente porque não vale a pena para os novos entrantes concorrer com o monopolista já estabelecido. Caso clássico são alguns serviços públicos (água e esgoto, eletricidade).”;

Q6 – produção estatal ou regulação como solução (um dos dois já é aceitável): “a solução comum para esses casos é o Estado tomar para si a produção desses bens ou regular a atuação das firmas privadas, por meio de agências reguladoras.”;

Q7 – patentes e direitos intelectuais: “um segundo caso de monopólio legítimo é aquele concedido por meio de patentes e direitos intelectuais. É um tipo de monopólio legal concedido pelo Estado com o intuito de promover a inovação em setores-chave, como o farmacêutico e de tecnologia de informação e comunicação.”;

Q8 – limitação da patente como regulação do poder de mercado: “a precificação, nesse caso, não é tão regulada pelo Estado, uma vez que preços abusivos farão a quantidade demandada baixar muito, não sendo lucrativo para a firma detentora da patente. Todavia, a patente tem prazo limitado, de modo que o monopólio não é por tempo indeterminado.”;

Q9 – segurança nacional: “um terceiro caso de monopólio legítimo é o caso de segurança nacional, ou seja, o fornecimento de serviços que só podem ser produzidos pelo Estado. Exemplos típicos são segurança e jurisdição.”; e

Q10 – fornecimento pelo Estado, dada a própria natureza do produto: “nesse caso, a precificação dos serviços é virtualmente impossível de ser feita, o que faz com que o Estado tome para si a execução e se financie por meio de tributos. Nesse caso, não há como falar de ineficiência em relação ao fornecimento em concorrência perfeita, uma vez que a determinação do equilíbrio fica prejudicada pela impossibilidade de definir preços em tais atividades.”

Outros casos podem ser escolhidos, e serão avaliados de forma semelhante, ou seja, por dois quesitos: um para menção do caso/razão; e outro para a solução estatal para a ineficiência originada do monopólio.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência

KRUGMAN, P. R., WELLS, R. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017, p. 293.

DIREITO**QUESTÃO 1**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer acerca do critério de proporcionalidade quanto à reação ao ato agressor – “ataque armado” –, nos termos do art. 51 da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), como condição para o exercício da legítima defesa. O objetivo da reação em legítima defesa deverá ser o de pôr fim à ação agressora que a motivou (CRAWFORD, 2012; SHAW, 2008; VELOSO, 2008). Os meios utilizados e a extensão da defesa não poderão ser desproporcionais à gravidade do ataque, limitando-se ao necessário para repelir a ofensiva – nas palavras da Corte Internacional de Justiça (CIJ), no caso *Nicarágua versus Estados Unidos da América (EUA)*, em 1986, “existe uma regra específica segundo a qual a legítima defesa autorizaria apenas medidas proporcionais ao ataque armado e necessárias à resposta a tal ataque, uma regra bem estabelecida no direito internacional”. A mesma Corte reiterou, em 1996, na Opinião Consultiva sobre a Legalidade da Ameaça ou Uso de Armas Nucleares, que “a submissão do exercício do direito de legítima defesa às condições de necessidade e proporcionalidade é uma regra do direito internacional consuetudinário”.

Q2 – Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer acerca da imediatez como condição para o exercício da legítima defesa em reação ao ato agressor. Seu fundamento é o de prevenir o abuso da força militar sob o pretexto da legítima defesa. Embora não seja necessariamente factível mensurar o tempo entre ação e reação, doutrinadores defendem que a reação ocorra no mais breve tempo possível – nas palavras da CIJ, no caso no caso *Nicarágua versus EUA* (1986), a “legítima defesa, quer seja individual ou coletiva, só pode ocorrer na sequência de uma agressão armada” (VELOSO, 2008).

Q3 – Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer quanto à necessidade como condição para o exercício da legítima defesa. Em excerto do caso “Caroline”, de 1837, envolvendo disputa entre os EUA *versus* Reino Unido, citado como paradigma pela doutrina, foi exigida a demonstração da “necessidade da legítima defesa, que fosse instantânea, avassaladora, não deixando espaço para escolha dos meios e tempo para a deliberação” (SHAW, 2008). Poderá mencionar, além disso, que tal condição foi reiterada pela CIJ no mencionado caso *Nicarágua versus EUA* (1986), qual seja, que a legítima defesa autoriza medidas proporcionais ao ataque armado sofrido e necessárias para contê-lo.

Q4 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar as modalidades de legítima defesa, individual ou coletiva, em caso de ataque armado contra Estado-membro das Nações Unidas. A legítima defesa individual é exercida por um Estado diante de ataque armado. Quanto ao exercício da legítima defesa coletiva, recordar-se-á que seu exercício pressupõe, ademais da agressão armada, acordo entre as partes, estabelecendo que a agressão contra uma delas implica agressão contra uma outra ou todas as outras partes. Na ausência de tal acordo, apelo expresso por parte do Estado atacado bastará. O fundamento dessa exigência é o de proteger o direito à liberdade de consentimento e impedir alianças forçadas por Estados mais poderosos.

Q5 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar os deveres a serem observados por Estados membros que tenham exercido o direito de legítima defesa consignados no art. 51 da Carta da ONU. O primeiro deles é o dever de comunicar imediatamente ao Conselho de Segurança acerca da reação em legítima defesa.

Q6 – O segundo dever do Estado membro que tenha exercido o direito de legítima defesa é o de sujeição ao Conselho de Segurança, na medida em que o exercício desse direito não deve, de nenhuma forma, afetar a autoridade e a responsabilidade concedidas pela Carta ao referido órgão de tomar, a qualquer momento, as providências que julgar necessárias para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais (vide art. 51 da Carta das Nações Unidas).

Q7 – Espera-se que o candidato seja capaz de recordar que, embora reconhecida a existência do direito de legítima defesa no art. 51 da Carta das Nações Unidas, o texto “não regula diretamente todos os aspectos de seu conteúdo”, nas palavras da CIJ no mencionado caso *Nicarágua versus EUA* (1986), levando autores (CRAWFORD, James, 2012) a afirmarem que, com a evolução dos armamentos modernos, “qualquer tipologia rígida [sobre ataque armado] é difícil de manter”. Não obstante as controvérsias acerca do significado da expressão “ataque armado”, inclusive no contexto das respostas internacionais em combate ao terrorismo, os limites para eventual ação defensiva, como elaborados nos itens anteriores, fornecem balizas para analisar teses como a “legítima defesa preventiva” ou “legítima defesa preemptiva” diante do direito internacional.

Q8 – À luz do que precede, o candidato poderá, por exemplo, cotejar o teor do art. 51 da Carta com o teor do art. 2, parágrafo 4, do mesmo documento, segundo o qual todos os seus membros “deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas”. Poderá identificar, de maneira crítica, o controverso entendimento de parte da doutrina, segundo o qual a ameaça ou o uso da força seria vedado tão-somente “contra a integridade territorial ou independência política”, ou levada a cabo de maneira “incompatível com os propósitos das Nações Unidas”, analisando a legalidade de tal entendimento à luz dos objetivos da Carta. Poderá recordar, por exemplo, que o art. 51 é exceção ao art. 2 (4) da Carta, e constitui regra geral de interpretação o fato de que “exceções a um princípio devem ser interpretadas restritivamente, de modo a não enfraquecer o princípio” (MALANCZUK, Peter, 2002, em tradução livre).

Q9 – Nesse sentido, o candidato poderá identificar os riscos associados ao endosso de interpretação que admita a “legítima defesa preventiva” baseada em “ataque provável”, haja vista os riscos de abuso e erro dessa hipotética medida, com possíveis graves consequências para a população civil. Ilustrativo de tal preocupação é a observação de que “a proibição do uso da força tal como estabelecida no período pós-guerra foi concebida para prevenir precisamente esse tipo de aventura, e o balanço geral de intervenções com nobres intenções é funesto. De qualquer forma não se pode afirmar que qualquer nova exceção às proibições da Carta tenha sido articulada de maneira dominante, menos ainda aceita” (CRAWFORD, James, 2012, em tradução livre).

Q10 – Além disso, o candidato poderá referir-se à controvérsia em torno da legítima defesa contra “ataque iminente” ou “próximo” (*preemptive self-defense*, na expressão em língua inglesa), uma vez que tal entendimento não esclarece a quem caberia decidir sobre a natureza iminente da ameaça ou sobre a determinação de inexistência de outros meios de afastá-la. Poderá recordar, nesse contexto, a decisão da CIJ no caso *República Democrática do Congo versus Uganda* (2005), ao afirmar que “o art. 51 da Carta pode justificar o uso da força em legítima defesa apenas nos limites estreitos ali articulados. Ele não autoriza o uso da força por um Estado para proteger interesses de segurança percebidos além daqueles parâmetros. Outros meios estão disponíveis ao Estado interessado, incluindo, especificamente, recurso ao Conselho de Segurança”. Ilustrativo, nesse contexto, é o fato de que o tratado constitutivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte e tratados similares, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, ambos fundamentados no art. 51 da Carta, provejam defesa apenas contra ataques armados, e não defesa contra perigos iminentes de ataques armados (MALANCZUK, Peter, 2012; SHAW, Malcolm, 2010).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Nicarágua v. Estados Unidos. *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua*. ICJ Reports, 1986.
- _____. Opinião Consultiva. *Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*. ICJ Reports, 1996.
- _____. República Democrática do Congo v. Uganda. *Armed Activities on the Territory of the Congo*. ICJ Reports, 2005.
- CRAWFORD, James. *Brownlie's Principles of International Law*. 8. ed. Oxford: Oxford, 2012.
- MALANCZUK, Peter. *Ackhurst's Modern Introduction to International Law*. 7. ed. Nova York: Routledge, 1997.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 2011.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio; DAWOOD, Layla. Artigo 51. In: CALDEIRA BRANT, Leonardo Nemer (org). *Comentários à Carta das Nações Unidas*. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.
- VELOSO, Ana Flávia. Artigo 51. In: CALDEIRA BRANT, Leonardo Nemer (org). *Comentários à Carta das Nações Unidas*. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.
- SHAW, Malcolm N. *International Law*. 6. ed. Cambridge: Cambridge, 2010.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 – Espera-se que o candidato discorra acerca do contexto histórico-institucional de dissolução da Corte Permanente de Justiça Internacional (PCIJ/CPJI) e de surgimento da Corte Internacional de Justiça (CIJ/CIJ). Em especial, espera-se que o candidato aponte a instalação da PCIJ/CPJI, na Haia, em 1920, ao tempo da antiga Sociedade ou Liga das Nações. Em decorrência do início da II Guerra Mundial, em 4 de dezembro de 1939, a CPJI encerra suas funções frente às dificuldades de a Liga ou Sociedade das Nações garantir a manutenção da paz e da segurança internacionais. Por fim, em 18 de abril de 1946, a CIJ tem sua reunião inaugural no Palácio da Paz, na Haia, consagrando uma nova era da justiça internacional. A título exemplificativo, segundo Antônio Augusto Cançado Trindade: “A Corte Internacional de Justiça veio a existir juntamente com as Nações Unidas, a partir da decisão tomada, no sentido da criação de um tribunal internacional novo, pela Conferência de São Francisco de 1945. A própria Carta das Nações Unidas (artigo 92) se refere à CIJ como “órgão judicial principal” das Nações Unidas. Seu Estatuto, no entanto, baseou-se amplamente no Estatuto da anterior Corte Permanente de Justiça Internacional, originalmente redigido por um Comitê Consultivo de Juristas (convocado pela Liga das Nações) em junho-julho de 1920. Embora a Liga das Nações tivesse tomado a iniciativa da criação da CPJI, esta última não se integrou à Liga. Neste particular, a CIJ distingue-se de sua predecessora, pois se incorporou às Nações Unidas, e seu Estatuto constitui parte integrante da Carta das Nações Unidas: os dois devem ser tidos como um todo. Em abril de 1946, com a dissolução formal da CPJI, a CIJ reuniu-se, pela primeira vez, e passou a funcionar em base permanente, sediada no Palácio da Paz da Haia.” (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Os Tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 17-18.)

Q2 – Espera-se que o candidato disserte quanto à jurisdição contenciosa e à jurisdição consultiva da CIJ, mencionando as principais características e especificidades das duas espécies de jurisdição. A título exemplificativo, segundo Antônio Augusto Cançado Trindade: “A par da função contenciosa da CIJ, acionada tão só pelos Estados litigantes, a CIJ também exerce a função consultiva, mediante a emissão de Pareceres,

sobre questões jurídicas, a ela solicitados pelos organismos habilitados a fazê-lo pela Carta das Nações Unidas e por seu próprio Estatuto (artigo 65). Estes organismos são tanto os órgãos principais das Nações Unidas (como a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o ECOSOC), como as agências especializadas (como a OIT, FAO, UNESCO, OACI, OMI, OMM, OMS, OMPI, ONUDI, UIT) e outras (BIRD, FMI, CFI, FIDA). Alguns dos Pareceres Consultivos da CIJ têm contribuído decisivamente à evolução do Direito Internacional. Recordem-se os célebres Pareceres sobre as Reparações de Danos (1949) e sobre a Namíbia (1971), que contribuíram à evolução do direito internacional contemporâneo. Ainda que distintos das Sentenças, em razão da natureza consultiva, os Pareceres da CIJ são dotados de validade, e nenhum Estado (ou outro sujeito do Direito Internacional) pode de boa-fé desconhecê-los ou minimizá-los.” (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Os Tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 19-20.)

Q3 – Espera-se que o candidato pontue os órgãos ou as entidades que podem acessar ou provocar a CIJ, no caso de acessar a jurisdição contenciosa ou a jurisdição consultiva. A título exemplificativo, segundo Antônio Augusto Cançado Trindade: “A par da função contenciosa da CIJ, acionada tão só pelos Estados litigantes, a CIJ também exerce a função consultiva, mediante a emissão de Pareceres, sobre questões jurídicas, a ela solicitados pelos organismos habilitados a fazê-lo pela Carta das Nações Unidas e por seu próprio Estatuto (artigo 65). Estes organismos são tanto os órgãos principais das Nações Unidas (como a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o ECOSOC), como as agências especializadas (como a OIT, FAO, UNESCO, OACI, OMI, OMM, OMS, OMPI, ONUDI, UIT) e outras (BIRD, FMI, CFI, FIDA).” (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Os Tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 19.)

Q4 – Espera-se que o candidato delimite o significado de “controvérsia jurídica” no direito internacional, levando em consideração especialmente a jurisprudência da antiga CPJI e da CIJ. Contudo, caso entenda plausível, a própria jurisprudência do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS/TIDM), na esteira da ICJ, faz referência à definição desta categoria jurídica. Para a definição de controvérsia jurídica no Direito Internacional, ver: PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE (PCIJ). Case of Mavrommatis Jerusalem Concessions (Greece v. Great Britain), Objection to the Jurisdiction of the Court, P.C.I.J., Series A, No. 2 (1924), p. 11. Conforme a decisão, “[a] dispute is a disagreement on a point of law or fact, a conflict of legal views or of interests between two persons.”. INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). South West Africa cases (Ethiopia v. South Africa; Liberia v. South Africa), Preliminary Objections, Judgment of 21 December 1962, I.C.J. Reports, p. 319, p. 328. Conforme a decisão, “In other words it is not sufficient for one party to a contentious case to assert that a dispute exists with the other party. A mere assertion is not sufficient to prove the existence of a dispute any more than a mere denial of the existence of the dispute proves its nonexistence. Nor is it adequate to show that the interests of the two parties to such a case are in conflict. It must be shown that the claim of one party is positively opposed by the other. Tested by this criterion there can be no doubt about the existence of a dispute between the Parties before the Court, since it is clearly constituted by their opposing attitudes relating to the performance of the obligations of the Mandate by the Respondent as Mandatory.”. Por fim, a decisão proferida pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS) a respeito do significado e extensão de controvérsia jurídica segue a posição dos Casos citados anteriormente. Ver: INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA (ITLOS). Southern Bluefin Tuna (New Zealand v. Japan; Australia v. Japan), Provisional Measures, Order of 27 August 1999, ITLOS Reports 1999, p. 280. para. 44.

Q5 – Espera-se que o candidato descreva, de forma pontual e resumida, as principais inovações jurisprudenciais e (ou) teses jurídicas do Caso Reparation for Injuries Suffered in the Service of the United Nations (1949). Em especial, a menção ao reconhecimento da personalidade jurídica internacional da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Antônio Augusto Cançado Trindade: “É justamente nesse ponto de partida que também se iniciam as dificuldades. Não há um dispositivo na Carta da ONU expressamente lhe atribuindo personalidade jurídica internacional. A omissão dos redatores não foi, no entanto, acidental, mas deliberada, para afastar das mentes dos delegados participantes da Conferência de San Francisco o espectro de um “superestado”. Com efeito, a delegação belga chegara mesmo a propor uma emenda pela qual os Estados partes reconheceriam que a nova Organização possuiria um “*status* internacional, juntamente com

todos os direitos que isto acarreta”; mas, na ocasião, chegou-se à conclusão que tal disposição seria “supérflua”, pois estava “implícita nas disposições da Carta tomada como um todo”. Há, no entanto, outros elementos a se levar em conta. Os arts. 104 e 105 da Carta da ONU dizem respeito mais propriamente à capacidade jurídica da Organização no território e sob o direito interno dos Estados-membros. É o art. 1º (seção 1), da Convenção sobre Privilégios e Imunidades da ONU, que contém uma referência expressa à “personalidade jurídica” da Organização. O exemplo da ONU sugere, pois, que a personalidade pode ser atribuída não apenas explícita, mas também implicitamente, facultando à Organização assumir funções “implícitas” para a realização de seus propósitos. O exemplo de sua precursora, a Liga das Nações aponta na mesma direção, uma vez que o Pacto não atribuiu expressamente um *status* àquela Organização, e os debates acerca da questão se entremearam com controvérsias e temores de que a Liga se tornasse um superestado. Mas nem por isso se poderia negar à Liga, ou a sua sucessora, a personalidade jurídica no plano internacional. A própria CIJ admitiu, em seu parecer de 1949 no caso das Reparações de Danos, que os então Estados-membros da nova Organização criaram-na como sendo dotada não apenas de personalidade reconhecida somente por eles, mas de “personalidade internacional objetiva”. (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017. p. 334-336.)

Q6 – Espera-se que o candidato descreva, de forma pontual e resumida, as principais inovações jurisprudenciais e (ou) teses jurídicas do Caso Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited (Belgium versus Spain) (segunda fase, 1970). Em primeiro lugar, a menção ao *obiter dictum* sobre as obrigações *erga omnes* de um Estado *vis-à-vis* a “comunidade internacional” como um todo. Segundo Antônio Augusto Trindade: “Posteriormente, em conhecida passagem da decisão do caso Barcelona Traction (segunda fase, 1970), a CIJ chegou ao ponto de afirmar que há certas obrigações internacionais *erga omnes*, obrigações de um Estado *vis-à-vis* a ‘comunidade internacional’ como um todo, que são do interesse de todos os Estados; “tais obrigações derivam, por exemplo, no direito internacional contemporâneo, da proibição de atos de agressão, e de genocídio, e também dos princípios e regras atinentes aos direitos básicos da pessoa humana, incluindo a proteção contra a escravidão e a discriminação racial. Alguns dos direitos correspondentes de proteção ingressaram no corpus do direito internacional geral [...]; outros são atribuídos por instrumentos internacionais de caráter universal ou quase universal”. (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017. p. 81). Em segundo lugar, alternativamente, menção à reavaliação das fontes do direito internacional público: “Uma derradeira advertência seria pertinente antes de passarmos em revista as categorias de “fontes” do direito internacional individualmente: há exemplos marcantes ressaltando o fato de que a enumeração de “fontes” do direito internacional contida no artigo 38 do Estatuto da CIJ, conforme já indicado, não é, como jamais foi ou poderia ser, exaustiva. Assim, no caso da Barcelona Traction (Bélgica versus Espanha, segunda fase, 1970), a CIJ baseou-se em uma miscelânea de jurisprudência arbitral, decisões prévias da própria Corte, tratados bilaterais e multilaterais, e princípios gerais de direito interno para demonstrar que a Bélgica não tinha *standing* para proteger a Companhia Barcelona Traction; e anos antes, no caso Nottebohm (Liechtenstein versus Guatemala, 1955), a CIJ foi encontrar sua evidência de direito internacional costumeiro em decisões arbitrais, decisões de tribunais internos em casos de nacionalidade, doutrina, um dispositivo de seu próprio estatuto, uma série de tratados bilaterais do século XIX (não mais em vigor) entre os Estados Unidos e outros Estados, uma convenção pan-americana de 1906, e um tratado de codificação de 1930.”. (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017. p. 60.)

Q7 – Espera-se que o candidato descreva, de forma pontual e resumida, as principais inovações jurisprudenciais e (ou) teses jurídicas do Caso Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America) (1991). Em especial, menção às teses de violação das regras costumeiras de Direito Internacional, mais especificamente: (a) Os Estados não devem intervir nos assuntos internos de outros Estados; (b) Os Estados não devem fazer uso da força contra outros Estados; (c) Os Estados não podem violar a soberania de outros Estados. A título exemplificativo, por exemplo, Antônio Augusto Cançado Trindade menciona que: “Uma década e meia depois, a CIJ, no caso Nicarágua versus Estados Unidos (1986), invocando expressamente a Declaração de Princípios, afirmou que o princípio em questão proíbe todos os Estados ou grupos de Estados de intervir direta ou indiretamente nos assuntos internos ou externos de outros

Estados. [...] A intervenção é ilegal quando usa métodos de coerção [...]. O elemento da coerção, que define e mesmo conforma a essência da intervenção proibida, é particularmente óbvio no caso de intervenção em que se usa a força, na forma direta de ação militar, ou na forma indireta de apoio a atividades armadas subversivas ou terroristas em outro Estado. [...] Essas formas de ação são, portanto, ilegais à luz dos princípios tanto do não uso da força, como da não intervenção.”. (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017. p. 197-198.)

Q8 – Espera-se que o candidato aponte o caráter obrigatório das sentenças proferidas pela CIJ, em conformidade ao art. 94, parágrafo 1º, da Carta das Nações Unidas. Segundo o art. 94, parágrafo 1º, da Carta das Nações Unidas: “Artigo 94. 1. Cada Membro das Nações Unidas se compromete a conformar-se com a decisão da Corte Internacional de Justiça em qualquer caso em que for parte.”. Por fim, o art. 59 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça revela que: “Artigo 59. A decisão da Corte só será obrigatória para as partes litigantes e a respeito do caso em questão.”.

Q9 – Espera-se que o candidato indique o direito de determinado Estado, Membro das Nações Unidas e Parte em um Caso perante a CIJ, em recorrer ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que poderá, se julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença proferida pela referida Corte. Segundo o artigo 94, parágrafo 2º da Carta das Nações Unidas: “Artigo 94. 2. Se uma das partes num caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pela Corte, a outra terá direito de recorrer ao Conselho de Segurança que poderá, se julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença.”

Q10 – Espera-se que o candidato mencione o Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) como órgão internacional responsável para, se julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença proferida pela referida Corte. Segundo o art. 94, parágrafo 2º, da Carta das Nações Unidas: “Artigo 94. 2. Se uma das partes num caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pela Corte, a outra terá direito de recorrer ao Conselho de Segurança que poderá, se julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença.”

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017.

_____. *Os Tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *South West Africa cases (Ethiopia v. South Africa; Liberia v. South Africa), Preliminary Objections, Judgment of 21 December 1962, I.C.J. Reports*, p. 319.

INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA (ITLOS). *Southern Bluefin Tuna (New Zealand v. Japan; Australia v. Japan), Provisional Measures, Order of 27 August 1999*, ITLOS Reports 1999, p. 280.

KOLB, Robert. *The Elgar companion to the International Court of Justice*. Cheltenham (UK), Northampton (USA): Edward Elgar, 2014.

PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE (PCIJ). *Case of Mavrommatis Jerusalem Concessions (Greece v. Great Britain), Objection to the Jurisdiction of the Court, P.C.I.J., Series A, n. 2 (1924)*, p. 11.

UNITED NATIONS. *Charter of the United Nations and the Statute of the International Court of Justice*. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/uncharter.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato faça uma argumentação consistente na forma e no conteúdo. No texto, deverão ser abordados os aspectos a seguir.

Q1 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar com relação ao conceito de repatriamento, qual seja, o regresso dos refugiados ao seu país de origem, dessa maneira, a pessoa repatriada perde a condição de refugiado (BOUCHET-SAULNIER, 1988).

Q2 – Espera-se que o candidato traga além do conceito supracitado que aponte que o Estatuto da ACNUR determina que sua missão também é secundar as iniciativas públicas e privadas no que se refere ao repatriamento livremente consentido dos refugiados ou a sua assimilação nas novas comunidades nacionais. (ART. 8º.C, Estatuto da ACNUR), devendo salientar que o caráter do repatriamento é voluntário (consentimento livre e esclarecido sobre as condições de retorno), que seu regresso se dá em plena segurança e com dignidade.

Q3 – Espera-se que o candidato discorra que a lei de migrações brasileira define que a repatriação consiste em medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade. Devendo essa devolução ser feita com a comunicação do ato fundamentado de repatriação à empresa transportadora e à autoridade consular do país de procedência ou de nacionalidade do migrante ou do visitante, ou a quem o representa, bem como deverá a Defensoria Pública da União ser notificada. Deve ainda apontar que as condições específicas de repatriação podem ser definidas por regulamento ou tratado, observados os princípios e as garantias previstos nesta lei, apontando que essas medidas de repatriação não serão aplicadas à pessoa em situação de refúgio ou de apatridia, de fato ou de direito, ao menor de 18 anos de idade desacompanhado ou separado de sua família, exceto nos casos em que se demonstrar favorável para a garantia de seus direitos ou para a reintegração a sua família de origem, ou a quem necessite de acolhimento humanitário, nem, em qualquer caso, medida de devolução para país ou região que possa apresentar risco à vida, à integridade pessoal ou à liberdade da pessoa. (BRASIL, 2017)

Q4 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar com relação ao instituto do asilo que é a proteção dada por um Estado a um indivíduo cuja vida ou liberdade estejam ameaçadas por outro Estado, destacando a diferença entre asilo territorial e diplomático. O primeiro é conhecido como asilo em território estrangeiro e o segundo trata da acolhida do indivíduo de forma provisória em missões diplomáticas, navios de guerra, aeronaves ou acampamentos militares (REZEK, 2018), ressaltando-se que, no Brasil, os princípios das relações internacionais estão previsto no art. 4, X, da CF, e também é tratado na lei de migrações, nos seus arts. 27 a 29 (BRASIL, 1988. BRASIL, 2017).

Q5 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar a respeito do instituto do refúgio que já é prevista na própria convenção de 1951, que leciona que se trata da pessoa que sofre ou teme sofrer, em seu estado de origem, perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou questões políticas e que, por essas razões, deixa esse Estado e procura outro para adquirir proteção, não podendo ou não devendo voltar ao Estado de onde veio, onde sua integridade se encontra em risco. Devem destacar que a convenção sobre refugiados oferta a eles um regime jurídico diferenciado daqueles aplicados a estrangeiros com residência permanente ou que postulam visto de entrada. No Brasil, a lei que trata do tema é o Estatuto dos Refugiados (Lei nº 9474/1997).

Q6 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar quanto às principais diferenças entre os dois institutos, quais sejam, a condição de concessão de asilo é ato discricionário do Estado que a concede e, por sua vez, o refúgio é obrigatório para os Estados, atendidas as exigências previstas nos tratados. O asilo nem sempre é regulado por tratados, enquanto o refúgio é tratado no âmbito internacional pela ACNUR. No asilo,

seu fundamento se dá na esfera das perseguições de caráter político e possui um cariz mais individual. No refúgio, seus fundamentos atingem perseguições de caráter racial, religioso, social, possuindo um cariz mais coletivo (SOARES, 2002).

Q7 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca dos princípios previstos no art. 3 da Lei de Migrações, de forma sucinta (BRASIL, 2017).

Q8 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca das diretrizes previstas no art. 3 da Lei de Migrações, de forma sucinta (BRASIL, 2017).

Q9 – Espera-se que o candidato seja capaz de apontar que o antigo Estatuto do Estrangeiro não atendia as mesmas diretrizes anteriores, pois tratava-se de legislação criada em momento anterior à CF/88 e que atendia os ditames da segurança nacional (BRASIL, 1980).

Q10 – Espera-se que o candidato aponte que a principal diferença é que a atual lei de migrações atende o que está previsto na nossa Constituição Federal, que é a prevalência dos direitos humanos (BRASIL, 1988).

Referências

ARENDDT, Hannah. *Nós, os refugiados*. Tradução de Ricardo Santos, Covilhã: LusoSofiapress, 2013. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/20131214-hannah_arendt_nos_os_refugiados.pdf>.

ACNUR. *O Conceito de Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional Resumo das conclusões*. Reunião de especialistas organizada pelo escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Prato, Itália, 27-28 de maio de 2010. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/O_Conceito_de_Pessoa_Apatrida_segundo_o_Direito_Internacional.pdf?view=1>.

ACNUR. *O que é a apatridia?* 2016a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/o-que-e-a-apatridia/>>.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2018.

_____. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. *Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16815.htm>.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. *Institui a Lei de Migração*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html>>.

BOUCHET-SAULNIER, Françoise. Apátrida. In: *Dicionário prático do direito humanitário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998

_____. Repatriamento. In: *Dicionário prático do direito humanitário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 2018.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. Vol1. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato faça uma argumentação consistente na forma e no conteúdo. No texto, deverão ser abordados os aspectos a seguir.

Q1 – Espera-se que o candidato seja capaz de qualificar privilégios e imunidades diplomáticos e consulares como prerrogativas reconhecidas às missões diplomáticas, às repartições consulares, às organizações internacionais, bem como a seus agentes e funcionários, para que exerçam plena e livremente suas funções no país em que cumprem missão. Consistem, pois, na soma de isenções e prerrogativas concedidas aos agentes diplomáticos e consulares para assegurar-lhes, no interesse recíproco dos Estados, e das organizações internacionais, a independência necessária ao perfeito desempenho de sua missão (MOREIRA LIMA, 2002; BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018).

Q2 – Segundo o preâmbulo da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, tal instrumento tem como propósito contribuir “para o desenvolvimento de relações amistosas entre as Nações, independentemente da diversidade dos seus regimes constitucionais e sociais”; não se trata, pois, de beneficiar “indivíduos, mas, sim, a de garantir o eficaz desempenho das funções das Missões diplomáticas, em seu caráter de representantes dos Estados”. No caso da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas Agências Especializadas, a própria Carta determina, no art. 105, que a Organização e seus representantes gozarão, no território de cada um de seus Membros, dos privilégios e imunidades necessários à realização de seus propósitos, enunciados, por sua vez, no art. 1 do mesmo diploma, como manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas entre as nações, conseguir cooperação internacional.

Q3 – Os privilégios e imunidades diplomáticos e consulares estão previstos, respectivamente, na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e na Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963, ambas incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro.

Q4 – Os privilégios e imunidades da ONU, de suas agências especializadas e dos respectivos funcionários estão regidos pela Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946 e pela Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, de 1947, ambas incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro.

Q5 – Espera-se que o candidato seja capaz de identificar que tais prerrogativas aplicam-se às missões diplomáticas, repartições consulares e sedes ou escritórios de representação de organismos internacionais, bem como aos agentes diplomáticos e consulares, aos membros do pessoal técnico-administrativo das embaixadas e dos consulados e aos funcionários da ONU e de suas Agências Especializadas.

Q6 – Agentes diplomáticos e consulares fazem jus a privilégios e imunidades junto às autoridades locais quando cumprem missão junto a representações de seu país no exterior, mas não gozam de qualquer imunidade em seu próprio país. Por exemplo, agentes diplomáticos brasileiros gozam de privilégios e imunidades quando exercem funções em embaixada, em consulado ou em representação do Brasil junto a organização internacional no exterior, mas não estão imunes à jurisdição das autoridades brasileiras.

Q7 – Bastará ao candidato mencionar dois privilégios ou imunidades abrangidos em algum dos instrumentos convencionais citados na resposta ao item “b”. A título de exemplificação, cite-se a inviolabilidade pessoal e domiciliar do agente diplomático, que, nos termos do art. 29, 1, da Convenção de Viena de 1961, “não poderá ser objeto de nenhuma forma de detenção ou prisão. O Estado acreditado trata-lo-á com o devido respeito e adotará tôdas as medidas adequadas para impedir qualquer ofensa à sua pessoa, liberdade ou dignidade”. A residência particular do agente diplomático goza da mesma inviolabilidade e proteção que os locais da missão (art. 30, da mesma Convenção).

Q8 – Cite-se, ademais, a título de exemplo, a isenção fiscal (“de todos os impostos e taxas, pessoais ou reais, nacionais, regionais ou municipais”) a que faz jus o agente diplomático, regra geral prevista no art. 34 da Convenção de 1961, que menciona as exceções a essa regra nos parágrafos subsequentes.

Q9 – O candidato poderá mencionar, por exemplo, que, no Brasil, decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em 1989 (Apelação cível 9.696, RTJ 133/159) afirmou que o Estado estrangeiro não tem imunidade em causa de natureza trabalhista, tendo considerada “insubsistente a norma costumeira que outrora garantira a imunidade absoluta, e portanto desaparecido o único fundamento que vinha justificando a extinção liminar do processo”. Assim, a imunidade “tende a reduzir-se, desse modo, ao mais estrito sentido dos *acta jure imperii*, a um domínio regido seja pelo direito das gentes, seja pelas leis do próprio Estado estrangeiro” (REZEK, 2012).

Q10 – Nesse contexto, o candidato poderá, em contraste com a resposta ao item acima, discorrer quanto à imunidade da ONU à jurisdição brasileira, inclusive em matéria trabalhista, derivada do acordado na Convenção

de 1946, da qual o Brasil é parte. Embora essa situação possa vir a mudar e “um dia, em nome da coerência e de certos interesses sociais merecedores de cuidado, as organizações internacionais acabem por se encontrar em situação idêntica à do Estado estrangeiro ante a justiça local” (REZEK, 2012), por ora vige a obrigação do Estado de respeitar os termos da Convenção a que livremente decidiu vincular-se. Pode-se mencionar, inclusive, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, uma vez que o Tribunal já decidiu, em recurso extraordinário (repercussão geral, RE 1034840 RG/DF, relatado pelo Ministro Luiz Fux, julgado em 05/06/2017), sobre “a impossibilidade de o organismo internacional vir a ser demandado em juízo, salvo em caso de renúncia expressa à imunidade de jurisdição”.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Privilégios e Imunidades de Missões Diplomáticas*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/privilegios-e-imunidades/privilegios-e-imunidades-de-missoes-diplomaticas>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 1034840/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PLENÁRIO, julgado em 5/6/2017, DJe 30/6/2017.

GARCIA, Marcio; MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro*. Brasília: CEDI, 2002.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. *Privilégios e imunidades diplomáticos*. Brasília: FUNAG, 2002.

REZEK, Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOARES, GUIDO FERNANDO SILVA. *Das imunidades de jurisdição e de execução*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LÍNGUA ESPANHOLA

RESUMO

Tras participar de (después de hacer) algunas muestras (exposiciones) colectivas en México, Frida Khalo tuvo la oportunidad, en 1938, de hacer su primera exposición individual e internacional, en Nueva York. Diego Rivera, su esposo, le ayudó en el proceso, aunque, como compañeros no estuvieran (estudiesen) muy bien. La relación de la pareja siempre fue conturbada. Ambos artistas siempre mantuvieron (tuvieron) casos extraconyugales, sin que esto fuera (fuese) motivo para el término de la relación. Frida Khalo siempre dijo ser “la mujer de Diego”. Durante la estadía en Nueva York, Frida empezó un relacionamiento amoroso con el fotógrafo Nickolas Muray, a quien conoció en México y es autor de una de las fotografías más famosas de la artista.

En aquél entonces Diego le ayudó a Frida a escribir (a hacer) la lista de invitados y le puso en contacto con gente importante de la ciudad, todo para promover la exposición, que tuvo divulgación digna de artistas de cine. La muestra fue un éxito total, aunque le hayan criticado por escribir el catálogo en francés. En la inauguración de la exposición, Frida superó sus dificultades de salud y se presentó de la mejor manera posible. Sabía que estarían en la muestra las personas más importantes de la comunidad estadounidense.

La artista vendió mitad de las obras y le encomendaron (encargaron/pidieron) otras tantas. Ella percibió por primera vez que era posible tener independencia financiera por medio de su arte y que tenía un público, aunque nunca hubiera (hubiese) pensando en eso.

Todavía en Nueva York, Frida fue a la fiesta de Dorothy Hale, viuda de Garnier Hale. Dorothy había organizado la fiesta para despedirse de sus amigos, pues había decidido suicidarse después de la fiesta. En aquél día, la artista mexicana salió temprano de la conmemoración porque al día siguiente debería empezar un retrato

de la propia Dorothy, encomendado por la editora de Vanity Fair. Traz la muerte de su amiga, Frida hizo un terrible retrato con todo el proceso de su muerte y culpando a Clare por el suicidio. No se sabe si el cuadro fue encomendado por la editora de Vanity fair (como antes de la muerte de Dorothy) o si fue Frida quien insistió en hacerlo. Lo que se sabe es que con la pintura Frida consiguió bastante atención, puesto que los periódicos mexicanos publicaron fotos de su obra.

Obs.: o texto também pode ser escrito no presente, desde que sejam feitas as devidas alterações.

Referência

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura. *Frida Kahlo*. Tikal ediciones, D.F, 2008 (p.125-143).

VERSÃO

Corte, 15 de octubre

Tardaste bastante, pero escribiste una carta larga, y, no obstante, corta. Gracias por tu trabajo; te pido que lo repita. Me aburren tus billetitos, escritos rápidamente, ¿con los pensamientos... en quién? En este marido cruel que cuida solamente de elecciones, por lo que leí otro día (según leí otro día). Escribo cartas cuando no tengo tiempo para más. Sin embargo, cuando me sobra tiempo escribo cartas larguísimas (muy largas). Creo que he dicho tonterías; perdóname.

Llegaron los paquetes (las encomiendas) al día siguiente al de mi última carta. ¿Qué quieres que te envíe? Tengo aquí unas ropas que recibí ayer, pero no tengo quien las lleve (quien te las lleve). Si consigues a alguien (si consigues a un portador) por estos días, te envío también un romance que me trajeron (me entregaron) esta semana. Se llama Ruth. ¿Conoces?

Mariquinhas Rocha va a casarse. ¡Qué lástima! Tan linda, tan buena, tan niña, va a casar... ¡con un tío viejo! (¡con un viejo!). No solamente esto: casarse por amor. Yo lo dudé (Yo lo dudo); pero todos dicen que tanto su padre como sus otros familiares intentaron convencerla de no hacerlo (intentaron disuadirla de tal idea); ella, no obstante, insistió de manera que nadie más se opone.

Por decirte la verdad, él no está fatal, está viejo (es mayor), pero elegante, gracioso (majo), fuerte, alegre, cuenta bromas y parece tener un buen corazón. Pero, yo no me enamoraría, aunque todo eso. ¿Qué unión puede existir entre una rosa y una caperuza?

Mil veces se casara (casase) (Mariquinhas) con el hijo del novio, un joven digno de una niña como ella (como Mariquinhas). Dicen que es un conquistador (mujerío/seductor) de los cuatro cantos, pero sabes que no creo en conquistadores. Cuando una persona quiere (desea), vence el corazón más inestable del mundo.

La boda parece que será en dos meses. Iré naturalmente al funeral, quiero decir, a la boda. ¡Pobre Mariquinhas! ¿Te acuerdas de nuestras tardes en la escuela (en el colegio)? Ella era la más quieta de todas, y la más llena de melancolía (la más triste). Parece que adivinaba su destino (su futuro).

Papá (nuestro padre) aprobó su elección; le hizo muchos elogios como persona responsable, y hasta me dijo que debería hacer lo mismo. ¿Qué te parece? Si tuviera que seguir algún ejemplo, seguiría el de Luísa (el de mí Luísa), esta sí, supo elegir... no enseñe esta carta a su esposo (marido); es probable que no quepa en sí mismo de vanidad (es probable que (él) explote de arrogancia/presunción).

¿Y vosotros no venís (ustedes no vienen) aquí/acá? Es una lástima, dicen que vamos a tener una compañía poética, y mamá está mejor. Es decir (quiere decir) que voy a pasar algún tiempo de vida de muy buena calidad (excelente/ que voy a disfrutarlo bastante). El futuro hijastro de Mariquinhas, el que ella debería elegir como marido (elegir en el lugar del padre), afirma que la compañía es espléndida (magnífica/ excelente). Sea o no sea, es un pasatiempo. ¡ Y tú, en el campo (en el pueblo)!

Voy a cenar; adiós. Escríbeme cuando puedas, pero nada de cartas cortas (microscópicas). O mucho o nada.

Raquel

Referência

Ponto de Vista. In: ASSIS, Machado de. *Histórias da meia-noite*. São Paulo : LEL, [s.d.]. p. 176-246. (Coleção obras ilustradas de Machado de Assis, v.1. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000185.pdf>>.

LÍNGUA FRANCESA**RESUMO**

Si l'échec du Commissariat général à l'Information (CGI) sous la direction de Jean Giraudoux est reconnu, un débat oppose les « amis de Giraudoux » et les « anti-Giraudoux » dans l'analyse de sa gestion. Pour les uns, il est vu comme une victime des circonstances, voir comme un héros impassible. Les autres insistent sur son incompétence en matière de propagande. Mais la principale erreur de l'écrivain-diplomate est de ne pas avoir compris les nécessités de la propagande moderne : investissements massifs et un organisme central avec un grand pouvoir politique. Son parcours diplomatique a débuté le 14 juin 1910, au Ministère des Affaires Étrangères (MAE), où il a gravi les échelons jusqu'à devenir chef du Service des Œuvres Françaises à l'Étranger (SOFÉ) en 1921. Ce service très critiqué et Giraudoux n'est pas considéré comme un travailleur zélé. Trois ans plus tard, il assume le service de presse et d'information du MAE, puis il est chargé en 1934 de « l'Inspection générale des postes diplomatiques et consulaires », dont l'objectif est de diffuser la propagande du MAE par ses bureaux à l'étranger. Cette carrière le mena à être nommé chef du CGI. Cependant, les analystes sont unanimes pour dire que Giraudoux est un fonctionnaire sans ambitions et inapte à diriger un service. Sa carrière de diplomate lui permettait surtout de se consacrer à la littérature, grâce au salaire et à la liberté d'action qu'elle lui procurait. C'est en tant qu'écrivain que Giraudoux est principalement reconnu en France et dans le monde. Il expose sa vision du monde dans plus de cinquante oeuvres : des romans, des pièces de théâtre, des scénarios de films, entre autres.

Referência

MARCEAU, Guillaume. « Jean Giraudoux, un écrivain-diplomate à la tête d'une propagande d'État (1939-1940) ». In: *Actes du 7e colloque étudiant du Département d'histoire de l'Université Laval*. Sous la direction de Julien Massicotte, Maria Neagu et Stéphane Savard. Québec: Éditeur Artefact, p. 96-98.

VERSÃO**La traduction dans la péninsule ibérique**

De façon générale, l'on peut dire que la traduction au Moyen Âge s'est inquiétée de la transmission de la science antique. Du VIII^e siècle au X^e siècle, il se produisit un mouvement d'envergure lié à la traduction dans la région de Bagdad, encouragé par la récente arrivée au pouvoir de la dynastie abasside. Sa principale caractéristique fut de transcrire en arabe presque toutes les œuvres grecques, en comptant sur un soutien total et un parrainage des élites. Pour beaucoup (Gutas, 1998 ; Salama-Carr, 1990 ; Montgomery, 2000), cet événement est d'une importance fondamentale dans l'histoire de la pensée.

Pendant ce temps, à l'exception de la péninsule maure, l'accès du monde occidental à la science grecque, en particulier durant les VIII^e et IX^e siècles (lorsque la connaissance de la langue grecque déclinait déjà assez), se bornait aux manuels et aux commentaires compilés quelques siècles auparavant par les encyclopédistes latins. Au X^e siècle, cependant, cela a commencé à changer : quelques textes sur l'usage de l'astrolabe et d'autres sujets furent traduits de l'arabe vers le latin dans le sud de la France, en raison du contact avec les mozarabes d'Espagne. Diverses traductions, de l'arabe vers le latin, d'œuvres ayant trait à la géométrie et aux instruments astronomiques étaient déjà exécutées à cette époque au sein du monastère de Sainte Marie de Ripoli, au nord-est de l'Espagne (Grant, 1977 : 13-15), qui était en même temps une bibliothèque et un centre culturel. L'intérêt pour la science arabe se perçoit également dans les divers voyages et écrits du professeur de musique et mathématicien Gerbert de Aurillac, qui devient, à partir de 1003, pape, le pape Silvestre II. Il acquit quelques traités arabes qui furent traduits en latin.

En dépit de ces mouvements ponctuels, la grande phase de traduction en Espagne débute réellement seulement au milieu du XI^e siècle et s'étend jusqu'au XIII^e, s'insérant dans un contexte d'effervescence culturelle qui, pour nombre d'historiens, fut une Renaissance. Selon Grant (1977 : 14-16), du point de vue de l'histoire de la science, il se produisit quelque chose de semblable, comme nous l'avons déjà mentionné, au cours des VIII^e-X^e siècles, avec les traductions du grec vers l'arabe à Bagdad. Un autre facteur important dans ce contexte est l'avènement des universités européennes (XII^e siècle) et des références chaque fois plus fréquentes relatives aux traités en grec ou en arabe qui étaient connus seulement par leur titre, ceci quand ils n'étaient pas totalement inconnus. Les universitaires européens commencèrent à se déplacer pour avoir accès à l'héritage intellectuel du passé. Ces traductions de l'arabe et du grec vers le latin répondèrent à la demande d'un nouveau type de connaissance de la part des érudits, qui ne voulaient plus seulement transmettre ce qu'ils connaissaient déjà, mais qui souhaitaient apprendre de nouvelles choses (Gutas, 1998 : 4).

L'Espagne se distingua dans ce scénario, en donnant naissance à plusieurs pôles de traduction, parmi lesquels nous en détacherons trois. Le premier pôle, centré sur le XII^e siècle, se caractérisa par un grand afflux de traductions latines (pour l'arabe comme pour le grec et également l'hébreu), parrainées, dans une grande mesure, par l'Église et ayant pour public-cible les propres érudits chrétiens. Le second pôle peut être associé au groupe de travail gravitant autour du philosophe, juriste et médecin Averroïs (1126-1198), qui traduisait du grec vers l'arabe, révisait des traductions préalables et, émettait principalement des commentaires – Averroïs fit son entrée dans l'histoire de la philosophie occidentale comme "le commentateur" – en quête d'un nouvel horizon de compréhension pour l'oeuvre d'Aristote. Initialement, il y eut l'appui du califat de Cordoue, dont Averroïs prenait soin et dont il était le conseiller, mais ses opinions finirent par susciter à son encontre la défiance ; il devint *persona non grata*, il eut ses livres brûlés et il tomba en disgrâce.

Enfin, le troisième pôle, déjà au XIII^e siècle, eut pour figure de proue le roi de Castille et Léon, Alphonse X, dit « Alphonse le Savant » (1221-1284), qui n'encouragea pas seulement les traductions de l'arabe vers l'espagnol mais la recherche scientifique en général, l'histoire et les arts. Nous sommes certains que l'on ne visait pas véritablement un vaste public castillan, d'autant que la plupart des gens étaient illettrés.

Referência

Cristina de Amorim Machado e Marcia A. P. Martins, *Reverendo o cânone hegemônico da história das teorias de tradução: o pioneirismo de D.Duarte, Rei de Portugal*, 1996

Brasília-DF, 10 de setembro de 2021.

**Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES**